



**Ata n.º 4**  
**da Assembleia Representativa da**  
**Ordem dos Contabilistas Certificados**

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, em segunda convocatória, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante AR, no Auditório António Domingues de Azevedo, Lisboa, sito na Avenida Defensores de Chaves, nº 85-B, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Antes da ordem do dia:	Tempo previsto: 45'
1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa;	5'
2. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia;	10'
3. Informação sobre a presença da Sr. <sup>a</sup> Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e elementos do apoio jurídico;	5'
4. Informações e pedidos de esclarecimento.	25'

Ordem do dia:	Tempo previsto: 150'
1. Aprovação da Ata da reunião anterior;	15'
2. Discussão e Votação do Relatório e Contas do exercício;	120'
3. Leitura e votação da minuta da ata.	15'

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os membros dos órgãos sociais da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, e demais presentes, informando que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo para efeitos de produção da ata e disponibilização da sessão no microsítio da AR. Ademais, o Sr. Presidente da MAR informou que ao momento estavam sessenta e quatro membros presentes e onze representados, ou seja, um total de setenta e cinco, pelo que, estando presentes e representados a maioria dos membros, a AR se encontrava em condições de



reunir, neste caso, em segunda convocatória e deliberar, conforme o artigo 9.º do Regimento da AR. Posteriormente, o mesmo deu informações sobre o decurso dos trabalhos e informou do modo como os mesmos iriam decorrer ao longo do dia.

Antes de dar início ao período de Antes da Ordem do Dia, o Dr. Carlos Alexandre, que vinha exercendo as funções de presidente em exercício da MAR, esclareceu que, com o falecimento do Professor João Carvalho, Presidente da Mesa, colocou-se a questão de se saber como iria funcionar a MAR de então em diante tendo em conta as disposições legais sobre esta matéria. Mais esclareceu que, o funcionamento da OCC, para além do seu estatuto, está também regulamentado pela Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o Regime Jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais e citando, *“esta lei estipula que às associações públicas é aplicável, em primeiro lugar, as normas definidas no seu regimento jurídico e no seu Estatuto e, subsidiariamente, em tudo o que neles não estiver regulado, é aplicável, primeiro, quanto às atribuições e ao exercício de poderes públicos, o Código de Procedimento Administrativo e quanto à sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado. Na falta de disposição especial é, ainda, aplicável a lei civil ou a lei comercial. Temos, pois, uma cadeia supletiva de normas que podemos aplicar neste caso concreto. Em primeiro lugar, o Estatuto da Ordem e em tudo o que não estiver aqui previsto, a Lei n.º 2/2013. Depois, quanto à organização interna, as disposições do Código Civil, que regulam as associações de direito privado e, por último, as normas civis ou comerciais que permitem preencher as lacunas encontradas. Por isso, tendo em conta as normas que referi, cabe em primeiro lugar aferir se há ou não uma lacuna no Estatuto da Ordem quanto à substituição de um membro eleito para a Mesa da Assembleia Representativa (...) em caso de impedimento definitivo e, se assim for, procurar subsidiariamente as leis que referi”*, continuando, sobre o mesmo assunto, esclareceu ainda *“Então vejamos, de acordo com o Estatuto da Ordem, bem como do Regimento da Assembleia Representativa, a Mesa da AR é composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários efetivos e dois secretários suplentes. Neste sentido, cabe referir desde logo que o Estatuto e o Regimento preveem a existência de dois secretários suplentes, que indica, por si mesmo, a opção clara do legislador em assegurar*



*um princípio de continuidade e recomposição do órgão. Os suplentes legais existem para assegurar a regularidade do exercício das funções ou competências do órgão em causa no caso de ausência ou impedimento do seu titular. Se a opção do legislador fosse em caso de impedimento a vacatura do titular e, conseqüentemente, a necessidade de eleição do novo membro do órgão ou de todo o órgão, não se justificaria a existência de suplentes. O que, aliás, saliente-se, acontece com alguma frequência em mesas das assembleias, que não têm qualquer tipo de suplente. Não é esse, porém, o nosso caso. Como consequência lógica deste facto, o número 3 do artigo 41.º dos Estatutos define que, na falta ou no impedimento do presidente da Mesa, as suas competências são exercidas sucessivamente pelo vice-presidente ou por um dos secretários.” E continuando, acrescentou “se o impedimento for temporário e verificada a falta do presidente, este será substituído pelo vice-presidente no início da reunião da Assembleia Representativa. Se o impedimento for definitivo, a chamada ao exercício de funções deverá ser oficializada por comunicação à assembleia na sua primeira reunião.” Em suma, sublinhou o Sr. Presidente da MAR, não se colocaram quaisquer dúvidas quanto à eventual existência de uma lacuna no Estatuto da Ordem sobre esta matéria, “decorrendo claro que com o impedimento definitivo do seu presidente, a Mesa seria composta, de acordo com o raciocínio exposto, da seguinte forma: como presidente Carlos Alexandre, como vice-presidente Emanuel Cordeiro, como secretários, Raquel Mota Pinto e Aníbal de Sousa.” Esta posição, salientou, foi transmitida publicamente no passado dia 12 de Fevereiro, “em cerimónia que pretendeu informar de forma transparente a decisão da Mesa e antes, portanto, da realização desta assembleia e nesse mesmo ato público foi, igualmente, referido que seria posto à consideração dos Srs. Representantes esta recomposição da Mesa, o que se faz neste momento, tendo em conta que a Mesa depende integralmente da confiança da assembleia. Tendo, entretanto, surgido algumas posições discordantes, o Presidente da MAR não quis deixar de rever todos os aspetos que se encontram subjacentes à decisão da Mesa sobre esta matéria.” Para este efeito, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que obteve o competente parecer dos consultores jurídicos da Ordem e recolheu todos os elementos possíveis, tendo ainda ouvido todas as apreciações que foram veiculadas, quer pessoalmente, quer por terceiros. Aproveitou*



ainda o Sr. Presidente da MAR, a este propósito, para agradecer a todos os colegas que, de uma forma construtiva, o contactaram pessoal e diretamente manifestando as suas opções e convicções pessoais e que ajudaram a reforçar e a fundamentar a posição aqui transmitida, sublinhando que, todas foram tomadas em consideração, bem como ponderadas as opiniões e todos os aspetos legais e funcionais inerentes à Mesa em geral e ao presidente da Mesa em particular. O Sr. Presidente da MAR manifestou ainda que esteve pessoalmente envolvido na elaboração do Regimento da AR e, por isso, no seu entender, esta nunca foi uma questão, pois, sempre foi claro qual seria o caminho a seguir. Ainda assim, reforçou o Sr. Presidente da MAR que não quis deixar de, mais uma vez, à luz da lei, verificar se estavam a ser cumpridos todos os procedimentos. Convictos desta posição, quer o Sr. Presidente da MAR, quer a Mesa, o Sr. Presidente da MAR elucidou os Srs. Representantes que, a partir desse momento, a Mesa da AR da OCC passará a ter a seguinte composição: presidente Carlos José Castro Alexandre, vice-presidente Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, secretários Raquel da Mota Pinto e Aníbal José de Sousa. Mantem-se, ainda, como secretária suplente Fernanda Ferreira Miranda de Freitas, estando assim, no quadro legal, encontrada a composição da Mesa de ora em diante.

O Sr. Presidente da MAR concluiu, fazendo menção a que o entendimento transmitido sempre tinha sido a posição que assumira desde que a questão se colocou e que se alguém pretendesse pronunciar-se sobre o assunto seria aquele o momento certo para o fazer.

Não havendo mais nada a tratar quanto a esta matéria, o Sr. Presidente da MAR, informou que passaria a ler uma proposta de alteração à ordem de trabalhos da AR da OCC de 23 de Março de 2019, que tinha dado entrada, naquele momento, na Mesa, subscrita por quatro Srs. Representantes, a saber: CC 37094, Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente; CC 83733, Rui Manuel Gertrudes Herdadinha; CC 6961, Severino Gonçalves de Sousa e CC 16, João Correia Colaço, com o seguinte teor: *“Exmos. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Representativa, Dr. Carlos Alexandre, caros colegas membros desta assembleia, para colmatar, a nosso ver, uma lacuna na ordem dos trabalhos desta assembleia, permitam que proponhamos à vossa consideração a introdução de um ponto na ordem de trabalhos imediatamente a seguir à tomada de posse dos novos membros*



*desta assembleia e às informações de presenças, faltas e representações previstas até ao ponto 3. Propomos como quarto ponto eleição do cargo de presidente da Mesa da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados por vacatura do cargo ocorrida em dezembro passado. Fundamentação: considerando toda a abundante doutrina e jurisprudência relevante para a questão em apreço que aponta, inequivocamente para que a vacatura do cargo de presidente da Mesa seja sanada com a eleição de um novo presidente, devendo esta ocorrer na primeira assembleia que se realizar logo a seguir ao acontecimento. E, atendendo a que a Mesa da Assembleia Representativa é, nos termos do artigo 47.º do Estatuto a Mesa da Assembleia Geral eleitoral, deve esta funcionar na sua plenitude. Propomos por tudo o supra exposto que se abra um período de inscrição e de aceitação de candidaturas a cargo de presidente. Como ponto 5, anterior ponto 4.”*

Após a leitura da mencionada proposta, o Sr. Presidente da MAR alertou para o facto de ser necessária maioria de dois terços dos presentes como subscritores, pelo que, entendeu que a mesma não merecia provimento. Ainda assim, reforçou o seu entendimento, declarando que caso a maioria dos membros da assembleia considerasse não ter confiança na Mesa poderiam sempre, nos termos regulamentares e nos termos regimentais, convocar uma assembleia, propondo e votando a destituição da Mesa e votando uma nova Mesa. O Sr. Presidente da MAR questionou ainda se alguém pretendia pronunciar-se sobre esta matéria, reiterando que, no seu entendimento, não poderia dar provimento a esta proposta de alteração, dado que a mesma careceria de dois terços dos presentes.

Manifestaram a intenção de se pronunciarem sobre o assunto em apreço os Srs. Representantes CC 16, João Correia Colaço e CC 83733, Rui Manuel Gertrudes Herdadinha.

O Sr. Vice-Presidente da MAR deu a palavra ao Representante João Colaço para a sua intervenção.

João Colaço, no uso da palavra afirmou que, iria só fazer uma breve referência porque, segundo se apercebeu da intervenção do “*presidente interino*” da Mesa, o lugar foi “*ocupado pelo promitente presidente em situação de falta ou ausência*”, considerando que, este caso, no seu entendimento, constitui uma vacatura, “*que é completamente*



*diferente de falta ou ausência.*” Entendendo-se que, se os Estatutos são omissos, deveria ser a assembleia a decidir sobre a matéria, esclarecendo ainda que, o que está em causa não é a pessoa que assumirá a qualidade de Presidente da Mesa da AR, mas sim “*o cumprimento estrito daquilo que deve ser feito para garantir uma completa transparência nos destinos da Ordem.*”

Seguidamente, pelo Sr. Vice-Presidente da MAR, foi dada a palavra ao Representante Rui Herdadinha. Este salientou que, além da exposição apresentada pelo Representante João Colaço, não esperava esta tomada de posição por parte do Sr. Presidente da MAR, pois “*pensava que era a assembleia geral que deliberava.*” Além do mais, informou que não tinha apreciado a afirmação “*se os colegas não têm confiança na Mesa*” proferida pelo Sr. Presidente da MAR. Continuou a sua intervenção declarando que ninguém pretendia pôr em causa a confiança e colocou a seguinte questão: “*se o artigo 41.º dos Estatutos, diz que a Mesa é composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois secretários suplentes*”, seria necessário perceber se os dois suplentes se mantêm, por exemplo, “*falta alguém?*” Reafirmou que todos têm que ter confiança uns nos outros.

O Sr. Presidente da MAR, usou ainda da palavra para umas breves palavras de resposta, em que reafirmou que continua sem encontrar na lei qualquer referência à vacatura neste cargo. Já quanto à questão sobre a confiança, declarou que a mesma não se colocou em termos pessoais. A Mesa é um órgão administrativo da assembleia, nomeado pela assembleia para conduzir a assembleia, portanto, e obviamente, tem que ter a confiança da assembleia. A confiança, continuou o Sr. Presidente da MAR, “*é a confiança neste sentido, é a confiança da assembleia (...) confiança no sentido administrativo do termo.*” Prosseguiu o Sr. Presidente da MAR declarando não pretender pessoalizar a questão e enunciando que a assembleia é soberana e, nesse sentido, pode tomar decisões, dentro do que está estatuído, quer a nível do Estatuto quer a nível do próprio Regimento. Mais, o Sr. Presidente da MAR continuou a sua resposta referindo que os suplentes existem para exercerem as respetivas funções, quando seja necessário. E, no limite, ainda que não existisse qualquer suplente até seria discutível levantar-se a questão, uma vez que, os órgãos funcionam desde que tenham quórum. Se não tiverem quórum é que não seria



possível. Ainda assim, e reiterando, o Sr. Presidente da MAR, declarou que neste caso concreto, sempre que a assembleia entender que isso não deve acontecer, a assembleia poderá acionar os mecanismos legais de que dispõe.

No primeiro ponto de Antes da Ordem do Dia, foi chamado o Contabilista Certificado 76360, João Filipe de Araújo Machado, para tomar posse na sequência do falecimento do Representante pelo Círculo de Braga, Professor João Batista Costa Carvalho, tendo a Sr.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, Raquel Mota Pinto, procedido à leitura da ata de tomada de posse. O Representante João Filipe de Araújo Machado, procedeu à assinatura do termo da tomada de posse, antecedida pela leitura do mesmo: *“Eu, abaixo assinado, declaro solenemente aceitar o cargo para que fui eleito e respeitar e cumprir o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.”*

Seguidamente o Sr. Presidente da MAR propôs à assembleia uma merecida homenagem ao falecido Professor João de Carvalho através da visualização de um vídeo especialmente preparado para o efeito, chamando a atenção de todos os presentes para o conteúdo do mesmo.

Durante a visualização do vídeo pôde ouvir-se o seguinte: *“Este é o resumo de uma vida cheia dedicada ao ensino, à investigação, à contabilidade e à causa pública. João Batista da Costa Carvalho nasceu a 11 de julho de 1956 em Cabanelas, concelho de Vila Verde, distrito de Braga. Semear para mais tarde colher foi o lema que sempre norteou. O pai, de quem seguiu os passos, era a sua fonte de inspiração na forma como geria o dinheiro. Na academia destacou-se pelo projeto de criação e desenvolvimento do Instituto Politécnico do Cávado e Ave, IPCA, tornando esta instituição uma referência reconhecida pela excelência e qualidade do seu ensino e investigação. Foi o primeiro diretor da Escola Superior de Gestão do IPCA, sediada em Barcelos em 1996, tendo presidido à Comissão Instaladora durante cinco anos. Por ele foi criado o primeiro curso de Contabilidade e Finanças Públicas do país. Da investigação nasce a luz, as respostas para as questões, as soluções para os problemas. O seu nome ficará para sempre associado ao anuário financeiro dos municípios portugueses, uma pedrada no charco nas contas públicas do poder local. Da desconfiança inicial, este trabalho passou a ser a referência para eleitos e eleitores dos trezentos e oito municípios portugueses. É*



*também com base neste anuário que hoje surgem muitos trabalhos de investigação no âmbito de teses de mestrado e doutoramento. Coordenou as catorze edições do anuário, uma publicação que contou com o apoio da OCC desde o primeiro número, corria o ano de 2005. Intransigente no respeito pela causa pública e pela boa gestão do dinheiro público, João Carvalho pautou toda a sua vida pela honestidade, retidão, rigor, profissionalismo e sentido de missão. Cultivou uma postura sóbria, discreta, granjeando o respeito por todos os que com ele privaram e unindo à sua volta pessoas de diferentes sensibilidades. Conquistou com o seu saber, com a sua competência académica e profissional, com a sua simplicidade amigos em todo o mundo. Doutorado em Contabilidade e investigador em Contabilidade Pública, com dezenas de artigos e livros publicados, foi uma referência no ensino superior politécnico. Considerado o pai da contabilidade pública em Portugal, foi o primeiro doutorado em Contabilidade Pública no país. Foi ainda um dos fundadores do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade, um organismo fundamental na aproximação da academia à realidade municipal e empresarial. Assumiu desde sempre a batalha do reconhecimento do contabilista público enquanto membro da CNCP. Em sintonia com a Ordem dos Contabilistas Certificados, procurou clarificar o poder político e os vários agentes envolvidos na mudança da contabilidade pública para a importância da criação da figura do contabilista público. Desde a fundação da Ordem que manteve uma estreita colaboração com a instituição, como formador, como diretor adjunto da revista Contabilidade e Gestão e depois como presidente do Colégio de Contabilidade Pública. Em 2015 foi escolhido para presidir ao V Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, que decorreu no Meo Arena em Lisboa. Presidiu à Mesa da Assembleia Representativa da Ordem saída das últimas eleições tendo, ainda, dirigido os trabalhos da reunião realizada em dezembro de 2018. Proferiu a última intervenção como orador a 6 de dezembro na Conferência Internacional da Reforma das Finanças Públicas subordinada ao tema A Importância da Contabilidade nas Contas Públicas. Uma palestra num registo eloquente e inconfundível que mereceu da plateia uma forte ovação em sinal de reconhecimento. Em suma, os contabilistas, os professores, os estudantes e os que com*



*ele se relacionaram não vão esquecer o seu exemplo de vida, a sua obra, o seu percurso. Em cada um de nós será continuado o seu legado e o seu trabalho.”*

Após a visualização do vídeo, o Sr. Presidente da MAR frisou que este foi um momento tocante para todos os que privaram com o Professor João Carvalho. Adicionalmente à apresentação, que considerou que estava, de facto, muito, muito bem feita, “*reveladora da personalidade que tínhamos connosco,*” propôs à assembleia um voto de pesar pelo falecimento do ilustre colega João Carvalho. Colocou ainda à assembleia a questão de saber se alguém se opunha a este voto. Face ao silêncio, declarou que o voto de pesar se encontrava aprovado por unanimidade e, após os efusivos aplausos, também por aclamação.

No segundo ponto de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da MAR informou sobre as presenças, as faltas e representações à assembleia na AR, tendo mencionado que, na última AR, faltaram nove elementos, dos quais oito não apresentaram justificação e, portanto, são as faltas consideradas injustificadas nos termos do número 5 do artigo 17.º, a saber, segundo a leitura do Sr. Vice-Presidente da Mesa: da Madeira o Representante Sérgio Ricardo de Freitas de Jesus, CC 58202; de Aveiro o Representante João Manuel Nunes da Madalena, CC 17211; de Castelo Branco, o Representante Sebastião Dias Gomes, CC 39364; da Guarda o Representante Fernando José Pega Magro, CC 2880; de Lisboa o Representante Francisco José Campos Graça Onofre Ferrão, CC 34273; de Lisboa o Representante Guilherme Pereira Lavos, CC 30536; de Lisboa o Representante Hugo Manuel Moreira Luís, CC 53919; de Setúbal a Representante Maria Lucília Pereira Marques, CC 24071. Relativamente ao Representante que apresentou justificação, a mesma foi aceite.

Foi ainda prestada a informação, pelo Sr. Presidente da MAR, que na reunião estavam presentes setenta e cinco Representantes no total, sendo a totalidade de assembleia constituída por oitenta e sete Representantes, o que se traduzia em doze faltas, já que, até àquele momento, não tinha sido recebida qualquer justificação dos elementos faltosos, acrescentando ainda que, nos termos e prazos do Regimento, ainda podiam fazê-lo. Naquelas setenta e cinco, estavam englobadas onze representações. E, assim, os mesmos sessenta e quatro no total que já tinham sido mencionados como estando presentes



pessoalmente. Mais informou o Sr. Presidente que, por não estarem reunidos os requisitos constantes do art. 2.º do Regimento, não foram aceites as representações dos Srs. Representantes CC 146, Manuel José Benavente Rodrigues e CC 144, Luís Arnaldo Santana Bolas, ambos pertencentes ao círculo de Lisboa.

No terceiro ponto de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da MAR informou que, considerando os assuntos a tratar, e de acordo com o disposto no artigo 13.º do Regimento, estavam também presentes na reunião a Sr.ª Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, do Conselho Fiscal e do Conselho Jurisdicional. Ademais, o Sr. Presidente da MAR esclareceu a assembleia que se encontravam a coadjuvar a Mesa, o consultor jurídico João Ferreira da Silva e a administrativa Patrícia Guedes. A Sr.ª Bastonária estava coadjuvada pela vogal Tesoureira, Cristina Pena Silva e pelo Assessor Jurídico Amândio Silva. O Sr. Presidente da Mesa da AR questionou a assembleia se havia alguma objeção à presença dos elementos de apoio que faziam parte desta Mesa, o que não sucedeu.

No quarto ponto de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente do MAR abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra para solicitarem informações e esclarecimentos, quer relativamente ao funcionamento da AR quer relativamente aos pontos em discussão constantes da Ordem de Trabalhos. Inscreveram-se os Srs. Representantes, CC 2596, Domingos Queirós Martins e CC 4447, Manuel Vieira de Sousa.

O Sr. Vice-Presidente da MAR, informou do número de inscrições e deu a palavra ao Representante Domingos Queirós Martins.

Domingos Queirós Martins, após cumprimentar todos os colegas, começou por se dirigir à Mesa lamentando que, após a morte do Professor João Carvalho e dentro do prazo de trinta dias, não tivesse sido convocada uma assembleia para se tomar a iniciativa de lhe prestar a homenagem que acabara de suceder e também de reorganizar a Mesa da Assembleia. Continuou afirmando que passou demasiado tempo. Na senda do que verbalizou, referiu que *“gostava que nos explicasse o Sr. Presidente desta Mesa o que é que terá acontecido, porque foi anunciado no site da Ordem uma tomada de posse e depois passou a constar uma reorganização da Mesa da Assembleia Representativa”*. Mais informou, relativamente à ata número 3, que pretendia apresentar uma declaração



de voto por considerar que, naquele documento, não estavam refletidas todas as suas intervenções e em relação a uma delas verificava apenas uma transcrição jornalística que nada tinha a ver com as palavras que proferiu. No que respeita ao “*anúncio do Conselho Diretivo que é o maior projeto de sempre de apoio aos membros, (...) que é uma formação sobre SAFT*”, e estando também anunciada uma formação eventual para Abril sobre SAFT e trabalhadores independentes, considerando que o chamado maior projeto de sempre de apoio aos membros é gratuito e a formação até é em ambiente de trabalho, o Representante Domingos Queirós Martins perguntou ao Conselho Diretivo se a formação eventual também não devia ser gratuita, uma vez que está a ser abordada a mesma temática acrescentando apenas os trabalhadores independentes. Acrescentou ainda este Representante que, tinha sido enviado para os membros da AR, aquando da convocatória, um e-mail a convidar esses mesmos membros a apresentarem propostas para uma reunião com os membros em cada um dos distritos. Continuou o Representante fazendo menção a que parecia que o Conselho Diretivo demonstrava alguma desconfiança em relação aos membros da AR, uma vez que, no seu entender, sempre que se tenta falar com os colegas do distrito, tem que ser através do Conselho Diretivo. Sugeriu então ao Conselho Diretivo, a criação de um espaço, nas quartas-feiras, ainda que não fosse todas as quartas-feiras livres, para que os membros pudessem, nesses dias, estar disponíveis para esclarecer todos aqueles que quisessem pôr questões aos membros ou que lhes pedissem informações. Ainda reportando-se ao maior projeto de sempre de apoio aos membros, o mesmo Representante pretendeu que o Conselho Diretivo informasse a assembleia onde está prevista esta formação no plano de atividades que foi aprovado em Dezembro, bem como “*quanto pensa gastar nesta formação*”. O Representante fez ainda referência à receção de uns e-mails “estranhos” que os escritórios de contabilidade têm vindo a receber por parte “*de uma empresa que anda por aí a comprar escritórios de contabilidade*” e questionou se a Ordem estaria a pensar fazer alguma coisa para impedir isto, acrescentando que este negócio apresentava contornos de “*vigarice*” e, por isso, em sua opinião, a Ordem “*tem que estar muito mais atenta a isto*”. Alertou ainda para o facto de ter recebido um e-mail da Ordem, no dia 25 de Fevereiro, anunciando que, em Viana do Castelo, que é o seu distrito, no dia de quartas-feiras livres iria ser tratado um tema de



incentivos fiscais, mas, lamentavelmente, tal não aconteceu. Salientou ainda o Representante que, se relacionava com um escritório de advogados e, ultimamente, estes profissionais, têm-lhe perguntado “o que é que se está a passar entre colegas contabilistas porque agora parece que os conflitos são mais que muitos.” De seguida solicitou permissão para ler a sua declaração de voto para a ata, o que fez nos seguintes termos: *“Domingos Queirós Martins, contabilista certificado número 2.596, eleito para a Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados pelo círculo de Viana do Castelo para o mandato 2018 a 2021, vem pela presente, nos termos da alínea a) e e) do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Representativa, apresentar declaração de voto relativamente ao ponto 1 da ordem do dia, aprovação da ata da reunião anterior na Assembleia Representativa ordinária realizada a 23 de Março de 2019 pelas catorze horas no auditório António Domingos Azevedo da Ordem dos Contabilistas Certificados sito na Av. Defensores de Chaves, n.º 85 B em Lisboa pelo seguinte: 1) não consta na ata da assembleia de representantes realizada no Porto no dia 15/12/2018 todas as intervenções do membro 2.596 Domingos Queirós Martins. A ata faz referência à parte das intervenções sendo que, mesmo nestas, não houve reprodução das suas declarações limitando-se a redação a um relato jornalístico. 3) A ata deve constituir um documento para memória futura, sendo o seu conteúdo um relato fiel do ambiente da assembleia reproduzindo por inteiro nos exatos termos das intervenções ocorridas, bem como a respetiva identificação de quem as reproduziu evitando que aquilo que foi afirmado venha a ser interpretado e redigido de forma diferente por quem lavrou a ata. Nesta conformidade, não poderei votar favoravelmente um documento que não espelha por inteiro tudo o que ocorreu naquela assembleia de representantes no dia 15 de dezembro de 2018. Respeitosos cumprimentos.”*

Seguidamente, o Sr. Vice-Presidente da MAR deu a palavra ao Representante Manuel Vieira de Sousa, no entanto o Representante Domingos Queirós Martins alertou para o facto de ainda não ter terminado a sua intervenção.

O Sr. Vice-Presidente da MAR, lamentou o facto e solicitou brevidade para que os trabalhos não se atrasassem. Assim sendo, o Representante Domingos Queirós Martins anuiu em transmitir os restantes pensamentos numa próxima oportunidade.



Desta feita, foi efetivamente dada a palavra ao Representante Manuel Vieira de Sousa, que começou por cumprimentar o Sr. Presidente, os colegas de Mesa, os restantes órgãos e demais presentes e, posteriormente, lembrou que, na última assembleia, havia manifestado a sua preocupação com a questão da legalidade na dispensa de pagamento de quotas a alguns membros da Ordem e gostaria de saber se já existia algum parecer a sustentar essa decisão.

O Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao Sr. Presidente da MAR, e este, respondendo ao Representante Domingos Queirós Martins relativamente ao aspeto da tomada de posse da Mesa, considerou que tal já havia sido esclarecido na sua intervenção no dia 12, aquando do anúncio público, para que todos os membros pudessem tomar conhecimento acerca da posição da Mesa, reiterando que desconhece porque é que o texto apareceu naqueles termos, mas mais não foi do que um lapso, acrescentou ainda, e sublinhou, que, a Mesa não tomou posse naquele momento nem em qualquer outro. “*Não tomou, não toma nem tomará*”. A Mesa é eleita pelos representantes e assume as inerentes funções, acentuou. Foi isso que aconteceu e irá acontecer, esclareceu o Sr. Presidente. Adiantou também que, a recomposição já foi largamente explicada, portanto, considerou que não havia necessidade de explicar de novo o que já havia sido explicado. No que respeita à ata, esclareceu que, procurou-se redigir a mesma com mais profissionalismo, registando-se o que efetivamente foi relevante e com toda a diligência e cuidado, tendo sido inscrito na mesma tudo aquilo que se considerou relevante e que poderia acrescentar alguma coisa ao seu conteúdo. De qualquer forma, lembrou, a ata foi distribuída com a convocatória e foi dado o período que está definido no Regimento para que se pronunciassem. Referiu ainda o Sr. Presidente que, tanto quanto julgava saber, o Representante Domingos Queirós Martins não apresentou oportunamente qualquer pedido de alteração à ata, porque se o tivesse feito o mesmo seria colocado à votação. Assim, esclareceu o Sr. Presidente, o teor da ata ficou assente e, no ponto seguinte, a mesma iria ser votada.

Tendo em consideração que as restantes questões tinham sido colocadas ao Conselho Diretivo, e à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, o Sr. Presidente passou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária para responder a essas questões.



Dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a mesma iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, a MAR, os restantes órgãos, os membros do Conselho Diretivo, do Conselho Jurisdicional, do Conselho Fiscal e os restantes colegas presentes. De seguida, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, respondendo ao Representante Domingos Queirós Martins, que colocou algumas questões relacionadas com a formação eventual que vai decorrer e com a formação do SAFT “*o grande projeto de formação que a Ordem está a iniciar*” em contexto de trabalho. Quanto à questão da gratuitidade da formação eventual, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, não foi opção do Conselho Diretivo fazê-lo neste momento. Adiantou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, o Conselho Diretivo tem como grande prioridade escoltar todas estas alterações no sentido de que todos os colegas as consigam acompanhar, por forma a que todos, com tantas exigências e mudanças de procedimentos, possam adotar opções consolidadas sobre todo este processo, não necessariamente mais conhecimentos, porque esses já seriam exigidos, pois, não houve alterações a nível legislativo propriamente dito. “*Há sim, que visitar uma série de temas que, muitas vezes se aligeiravam em termos das práticas contabilísticas e, portanto, é esse o nosso grande objetivo, que a profissão saia reforçada de todo este processo e, portanto, a nossa opção foi de que esta formação em contexto de trabalho, de quatro horas, seja gratuita.*” Quanto ao plano de atividades e o custo associado a esse projeto, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que o mesmo estava estipulado entre um milhão e meio e dois milhões de euros, sendo um projeto que constituirá um dos maiores investimentos da Ordem. Quanto ao orçamento, a Sra. Bastonária considerou que o mesmo não extrapolaria aquilo que fora aprovado, ainda assim, anuiu em que poderão existir desvios, à semelhança do que acontece em qualquer orçamento, tanto mais que, na data em que foi apresentado o Plano de Atividades e Orçamento, não havia a perceção de necessidade tão forte de estar em contacto pessoal com os membros. Ainda assim, e apesar de considerar que poderá existir um desvio, designadamente no âmbito da formação, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária alertou para o facto das contas estarem controladas no sentido de ser cumprida integralmente a previsão de gastos. No que respeita à questão da desconfiança dos membros da AR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou que, ao invés do que foi referido, “*há sempre desconfiança do que o Conselho Diretivo faz*”, mencionando que, não existe qualquer desconfiança, simplesmente, não se podem



facultar para a assembleia as listagens dos membros das respetivas regiões porque isso não é legal. Acrescentou ainda que, os dados dos membros têm que ser protegidos e que qualquer reunião poderia ser agendada ao contrário do que poderá ter sucedido no passado, devendo a iniciativa ser dos colegas, através da Ordem, porque a lei determina que assim seja, isto é, há uma interligação que tem que existir, e por isso, referiu, cabe os serviços administrativos da Ordem, necessariamente, fazer essas comunicações. Tendo em conta que esta situação já surgiu noutras assembleias, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária colocou a questão de saber se quem tinha chamado o assunto à colação não estaria a desconfiar das intenções do Conselho Diretivo.

Já no que toca às quartas-feiras livres e à sugestão apresentada, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que a mesma poderia ser uma possibilidade. Mais, adiantou que, se alguém quisesse apresentar tal proposta, poderia fazê-lo como membro da AR demonstrando, assim, proatividade. Prosseguindo no seu pensamento, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária mencionou que o Conselho Diretivo, apresenta propostas, compromete-se junto dos membros e trabalha ativamente para que tudo se concretize. Os membros da AR podem apresentar as respetivas propostas, designadamente, quanto às reuniões livres subordinadas a determinados temas e o Conselho Diretivo avaliará e decidirá em conformidade. Ainda assim, prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, as reuniões livres têm a duração de duas horas, pelo que tudo leva a crer que não será à partida viável, pois tal seria desvirtuar o objetivo da reunião livre. De qualquer forma, adiantou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, nos dias da reunião livre, antes ou depois, poder-se-ia aproveitar esse tempo para a reunião com os membros da AR. Quanto à questão da reunião livre do dia 27, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que estava presente na AR o formador que tinha estado na dita reunião, o Dr. Carlos Quelhas, o qual na reunião em causa esteve acompanhado pelo Dr. Carlos Plácido, todavia, pelas muitas questões colocadas sobre outros temas, designadamente as preocupações crescentes com o SAFT, o tema do investimento não teria resultado, de facto, como o principal naquela reunião livre e, esclareceu ainda, também tinha tido conhecimento de que o colega que colocou a questão não tinha marcado presença naquela mesma reunião, pelo que, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária manifestou ainda a sua estranheza relativamente à colocação dessa questão pelo Representante. Em relação à compra dos gabinetes e das sociedades, a Sr.<sup>a</sup>



Bastonária alertou para o facto de o mercado ser livre, pese embora, tenha também afirmado que desconhecia a situação exposta e esclarecido que, se o Representante assim o entendesse, poderia apresentar e identificar as situações em causa à Ordem e, caso se verificasse existir alguma questão menos legal, a mesma seria analisada. Relativamente aos alegados conflitos entre contabilistas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária declarou que, qualquer um poderá afirmar que existem conflitos, no entanto, não basta invocar, tem que se comprovar. De qualquer modo, sempre existiram problemas entre contabilistas, principalmente no âmbito do dever de lealdade. Ainda assim, a situação está bastante diferente e a evoluir de forma positiva, advogou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu ainda que, em regra, a Ordem tem conhecimento de tais conflitos e, referindo que não tem existido um acréscimo de queixas, manifestou por isso a sua surpresa com tais afirmações.

Quanto à questão colocada pelo Representante Manuel Vieira de Sousa, a mesma foi veiculada da última assembleia, referiu a Sra. Bastonária e adiantou já existir um parecer jurídico, que eventualmente poderá ser facultado, que demonstra que a situação é absolutamente normal. A Ordem aprovou, que nos jovens e nos mais idosos ou reformados, é que haverá mudança do valor das quotas. Depois de consultados genericamente os membros foi prometido que o parecer ficaria disponível na área reservada dos membros.

Conclusos todos os pontos de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da MAR iniciou a Ordem do Dia propriamente dita, com o assunto constante do primeiro ponto: a aprovação da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente da MAR, iniciou a sua intervenção, esclarecendo que se procurou que o documento reproduzisse o que de relevante e essencial se havia passado, traduzindo-se na alteração quanto ao seu formato. Ainda assim, o Sr. Presidente da MAR mostrou recetividade para aceitar propostas, caso se entenda promover uma modificação desse formato. Mais referiu que a ata esteve disponível para leitura. Nesse sentido, e tendo sido consultada a AR, por decisão unânime da mesma, dispensou-se a leitura da ata da anterior sessão, realizada no dia quinze do mês de dezembro de dois mil e dezoito, procedendo-se, de imediato, à respetiva votação. Conforme credenciação eletrónica, estavam



presentes e representados 75 Representantes, tendo a referida ata sido aprovada com 65 votos a favor, 1 contra e 9 abstenções.

De seguida, o Sr. Presidente da MAR anunciou a passagem ao segundo ponto da ordem do dia: a discussão e votação do relatório e contas respeitante ao exercício 2018. Relativamente a este ponto, foi dada a palavra, desde logo, à Sr.<sup>a</sup> Bastonária e, posteriormente, os presentes foram convidados a colocar as questões que entendessem por convenientes.

Assim, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que iria proceder à apresentação do relatório e contas de 2018, tendo referido, desde logo, a satisfação com que exibia aquele documento e os respetivos resultados, extremamente positivos e sustentáveis da instituição, sem prejuízo de todo o trabalho feito em prol dos membros durante o ano 2018. E, por isso, desafiou todos os membros, tendo em consideração o relatório e contas “*simples, conciso, objetivo, transparente e extremamente elucidativo*”, a promoverem a aprovação, por unanimidade. Mais desafiou os membros a, caso não procedessem à solicitada aprovação, identificarem as questões concretas que os conduziam à não aprovação. Continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária invocando que, o que estava em causa, no âmbito do relatório e contas, não seriam as opções, mas as contas apresentadas, a transparência e o rigor. Dito isto, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária entendeu realçar alguns aspetos sobre o trabalho desenvolvido na OCC, e prosseguiu, afirmando que, nos termos do disposto na alínea c), do artigo 54.º do Estatuto da OCC, o Conselho Diretivo submetia à apreciação da AR o relatório de atividades e contas do período de 2018. Tal documento traduzia o trabalho realizado durante o ano de 2018 por toda a direção e por toda a organização. Invocou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, como é do conhecimento público, o Conselho Diretivo apostou em três vetores estratégicos para o ano 2018. Três vetores estratégicos que foram cumpridos, ainda que, com a necessidade de muito rigor orçamental, mas que este não prejudicou o cumprimento dos tais vetores. É igualmente do conhecimento público, mencionou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, que existiu uma viragem desde que esta Direção tomou posse. Salientou também que, esta direção tomou posse a 5 de Março de 2018, pelo que, não exerceu de facto funções durante um ano completo. Face a tudo aquilo que tem sido o caminho que a Ordem tem percorrido e a consolidação, o respeito pela profissão e pela instituição, o Conselho Diretivo, já na sua



campanha eleitoral e após ser empossado, tinha como objetivo fazer uma grande viragem na relação com os seus membros. Considerou-se que o ponto mais importante neste momento, era realçar a posição da Ordem junto dos seus membros, trazer os membros para dentro da Ordem e, por isso, tudo aquilo que foi feito ao longo do ano 2018, teve a ver, exatamente, com essa mudança de paradigma porque se entendeu que era o momento para o fazer. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária alertou os Srs. Representantes para o facto de se atravessar uma fase de grandes desafios e de ser necessário corresponder a uma série de expectativas. O que se pretende durante estes quatro anos, afiançou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, é que o contabilista certificado passe a ter uma visão diferente da sua instituição e a instituição dos seus membros, como quase um elo único e, também, que isso se reflita depois na sociedade civil e na forma como o contabilista representa esta profissão. E, por isso, um dos vetores essenciais e aquilo que é um foco desta direção, é termos uma Ordem para os seus membros em que o objetivo da instituição e dos seus representantes é a regulação e defesa do interesse público da profissão, a dignificação profissional e a criação de melhores condições pessoais e profissionais para os contabilistas certificados. Declarou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, a obrigação e a razão da existência da Ordem tem a ver com regulamentação de uma profissão e, por isso, a responsabilidade que recai sobre esta Ordem tem também a ver, precisamente, com a questão da defesa do interesse público dos profissionais perante aqueles a quem prestam serviços e perante a sociedade e que, tudo isto só pode existir, se os contabilistas tiverem melhores condições de vida, tiverem melhores condições para o exercício do seu trabalho e, nesse sentido, a direção tem, efetivamente, este foco nestes quatro anos, de conseguir que as condições e a forma de exercício dos profissionais melhore consideravelmente.

Seguidamente, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se a outro dos vetores estratégicos: o reposicionamento do contabilista certificado. Obviamente que, disse, todos estes pontos têm a ver uns com os outros, em que os objetivos e atitudes do Conselho Diretivo são claríssimos: defesa constante e intransigente dos interesses dos membros, sendo que a relação com a Autoridade Tributária, que é um dos pontos importantes nesta questão da defesa destes interesses, tem que ser justa e equilibrada entre os profissionais e a Autoridade Tributária. E, por isso, continuou a Sra. Bastonária, também durante o ano de



2018 muito daquilo em que foi ocupado tempo, em termos de trabalho, foi, precisamente, nesse reposicionamento do contabilista certificado, já com fortes resultados efetivos para todos, nomeadamente, naquilo que diz respeito às novas definições do calendário fiscal, muitas dessas situações são cirúrgicas, são pequenas mudanças mas com muito significado na vida dos contabilistas, afirmou. Nas palavras da Sr.<sup>a</sup> Bastonária: *“Sabemos que é este o caminho, é este o caminho que vamos seguir.”*

O terceiro ponto realçado pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária foi a redefinição do profissional do futuro. Este aspeto será, obviamente, um dos pontos que vamos ter sempre como ponto estratégico nos próximos anos, sublinhou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Quer o mundo, quer o país, quer a profissão estão a mudar, por isso, reforçou, nesta era digital, os profissionais podem contar com a Ordem para crescer e afirmar a profissão, de forma acentuada, positiva e demonstrando credibilidade em todo este processo. Para isso, lembrou, durante o ano de 2018, foram efetuadas uma série de ações. Foram reforçados alguns dos simuladores que já existiam, havia o do PEC, e foi introduzido o da Segurança Social porque chegaram matérias novas que estavam a preocupar os profissionais. Desta forma, afirmou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, esta direção está sempre presente naquilo que são os problemas do dia-a-dia dos profissionais tentando resolvê-los, antecipá-los e ajudando-os a tomar as melhores decisões. Referiu também a introdução do conversor do SAFT, que é um conversor para uma folha de Excel que permite aos contabilistas perceberem qual é o seu estado em relação às suas contas, e aos seus softwares face às novas exigências do SAFT da contabilidade, o que demonstra que, conforme as necessidades dos contabilistas, a Ordem tem atuado em conformidade. Segundo o referido pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária, este conversor é um potencial de segurança e de garantia para os contabilistas, neste processo de transformação, a nível dos seus softwares informáticos.

Continuou a sua intervenção afirmando que, foram, igualmente, mantidas e introduzidas novidades com manuais, notas informativas e minutas sobre variadíssimas matérias, porque uma das preocupações da Ordem, disse, é estar sempre presente naquilo que é importante para os contabilistas em cada momento e, portanto, durante o ano 2018 a Ordem foi-se focando naquilo que eram os assuntos recorrentes, relevantes, importantes para o contabilista certificado. Referiu que, desde o princípio que *“olhámos para o RGPD*



*e para as matérias e as exigências como algo que preocupava os contabilistas e, portanto, antecipamo-nos, quer em formações, quer em distribuição de manuais, quer em distribuição de minutas em todas estas matérias que vieram facilitar muito o trabalho dos contabilistas.”* Referiu, ainda sobre este assunto que, muitos contabilistas saíram-se muito bem em todo este processo graças, também, àquilo que a Ordem lhes disponibilizou, e é isso, o “*que queremos, é que com segurança e antecipando todos os problemas da forma que podemos antecipar (...) não podemos pôr ou tirar legislações, mas podemos acompanhar os membros para que cumpram da melhor forma possível (...) sem serem descredibilizados, em todas as estas situações*”. E, esclareceu que, não sendo o RGPD uma responsabilidade direta do contabilista, tem implicação na sua esfera porque, como prestadores de serviços e preparadores da informação, o profissional tem à sua guarda muita informação que está no âmbito do RGPD e, por isso, era essencial que os gabinetes de contabilidade e contabilistas em prática individual ou como trabalhadores dependentes, tivessem segurança na forma como tratariam estes dados. Foi, pois, referiu a Sra. Bastonária, dedicada uma grande parte do início do mandato a acompanhar os contabilistas neste projeto. A grande preocupação para o período em apreço, continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e que se teve que antecipar para 2018, foi já o SAFT da contabilidade e, em 2018 já foram criados mecanismos, além do conversor, outros, como manuais e formação já muito especializada. Também a nível do Via CTT e das intervenções que a Ordem realizou junto da Secretaria de Estado e da Direção Geral da Autoridade Tributária, foram conseguidos sucessos naquilo que levaria ao respeito pelos contabilistas certificados. Acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, os sucessos podem parecer pontuais, mas têm um grande significado. É certo que, depois de executado, é muitas vezes desvalorizado e desvalorizado, sublinhou, às vezes, pelos próprios colegas que, muitas vezes, não estão bem integrados na defesa daquilo que é o trabalho da Ordem. Continuou a sua exposição afirmando que foram também divulgadas matérias relacionadas com o orçamento participativo, com o intuito de os colegas participarem no citado orçamento, quer para 2018 quer para 2019.

Mais, a coleção essencial de 2018 foi mantida e continuará a sê-lo, assegurou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, exatamente por ser primordial, sublinhando que a mesma requer um grande



esforço a nível orçamental. São três manuais: um sobre o preenchimento do IRS; outro com a declaração do modelo 22 e IES e outro com o IVA, sendo disponibilizada, tanto em suporte digital como em suporte físico, gratuitamente para todos os membros.

Continuando, a Sra. Bastonária referiu que as conferências também foram uma aposta da Ordem, sendo que o número das mesmas realizadas em 2018 aumentou bastante, admitindo que a Ordem é uma entidade que interfere em muitas situações da sociedade civil e, por isso mesmo, as conferências quer na ligação com a academia quer na ligação com a própria sociedade civil, são fundamentais até para a credibilização dos profissionais. As conferências visam, essencialmente, a discussão de assuntos que dizem respeito a matérias do momento ou outros que sejam necessárias aprofundar, que nos trazem reflexões e crescimento em relação ao estudo das mesmas e, conseqüentemente, a valorização dos profissionais e o respeito pela instituição. A este respeito, salientou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária

que, a Ordem tem uma capacidade enorme de âmbito administrativo para organização destas conferências, pelo que, quaisquer desafios que sejam lançados, a instituição estará sempre preparada e pronta para os enfrentar. Reforçou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, o Conselho Diretivo tem realizado um esforço para cumprir o seu programa, nomeadamente, no que toca à transparência e confiança entre a Direção e os seus membros, o que é fundamental. Nesse sentido, foi implementado o relato financeiro intercalar trimestral, sendo o objetivo efetivar relatos mensais, assim que os recursos sejam otimizados, assim, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária prosseguiu referindo o seu compromisso, e da direção, de apresentar contas com maior regularidade, a fim de estabelecer uma maior transparência e maior confiança entre os membros. Afirmou, igualmente, que tem consciência de que a gestão do dinheiro e das contas da Ordem são sempre pontos críticos, que podem conduzir à desconfiança e ao afastamento dos membros, pelo que, as contas estão sempre disponíveis para consulta, salvo se se tratar de alguma situação pontual em que a consulta possa ferir a legalidade. A título de exemplo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária informou que, no dia anterior, uns colegas se tinham deslocado à Ordem para consultarem as contas. E continuou sublinhando que, em 2018, existiu também uma grande mudança no que respeita à revista Contabilista. A revista Contabilista, disse, era enviada mensalmente para



todos os membros e isso acarretava um custo enormíssimo para a Ordem. E, para além do custo, porque o custo não seria o problema se fosse útil para os contabilistas, a sensação é que, por exemplo, em casas em que houvesse dois contabilistas, uma delas, provavelmente, ia diretamente para o lixo e não era, sequer, desfolhada. Ou, mesmo, em muitas outras situações iam diretamente para o lixo sem que alguém as lesse. Isso, assegurou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, fazia despender muitos recursos à instituição. Assim, foi implementada, em 2018, a possibilidade de o contabilista poder manter a revista em papel, porém, para tal teve que o requerer expressamente. Para os restantes a revista é enviada em suporte digital. Esta alteração, atestou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, permitiu uma enorme poupança. Uma redução considerável de custos que contribuí significativamente para um resultado tão positivo em relação ao ano 2018, acrescentou.

Houve, igualmente, em 2018, uma reestruturação interna dos serviços. A este respeito a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que, em todas as organizações, é essencial haver renovação dos serviços e dos departamentos na perspetiva da otimização dos recursos existentes. Foi isso que se pretendeu com a reestruturação interna dos serviços. Assim, foram criados novos serviços, nomeadamente, a mediação de conflitos, o serviço de contencioso tributário e foi também alargado o atendimento presencial e telefónico. Houve, portanto, realçou, um esforço muito grande. A mediação de conflitos foi algo que nos pareceu, invocou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, “*uma boa ideia*”, e tem-se transformado numa peça essencial. É um serviço de mediação em que a Ordem interfere e que com um contacto telefónico põe em comunhão as partes que estão em pré-litígio, resolve antecipadamente as situações. Alegou assim a Sr. Bastonária que, a mediação de conflitos foi um dos serviços criados em 2018 e apresenta um maior sucesso, tendo sido evitadas participações ao Conselho Jurisdicional e os consequentes litígios tanto entre colegas, como entre colegas e clientes. O serviço de contencioso tributário foi introduzido também em 2018. Lamentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, este serviço que é de uma importância enorme não registe mais adesão, muito, talvez, por desconhecimento da existência do mesmo. Alegou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, com este serviço de contencioso tributário se pretende diminuir a litigância entre os contabilistas e a Autoridade Tributária, isto porque, se nuns casos a Autoridade Tributária tem razão, noutros não, extravasando o que está previsto na lei e,



portanto, é especialmente nestas questões que este serviço de contencioso tributário pode ser extremamente importante, com o intuito de defesa e antecipação da litigância entre os contabilistas certificados e a Autoridade Tributária. Já o alargamento do atendimento presencial e telefónico teve como missão combater os grandes desafios deste ano, assim, disse a Sra. Bastonária, desde o momento em que os serviços da Ordem estejam abertos os serviços de atendimento presencial e telefónico estarão disponíveis. Em relação às participações em feiras e negócios, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária considerou-as uma aposta importante. Relatou ainda que a Ordem participou na FIN de 2018 e iria participar na FIN de 2019. A OCC também marcou presença no IPCA numa feira de negócios. Questionou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, *“porque é que achamos extremamente importante estarmos em feiras de negócios?”* E respondeu: *“porque é uma situação também inovadora e que a Ordem, até agora, não tinha participado. Porque é ali que estão os principais empresários, os negociantes e, portanto, se a Ordem estiver ali representada, representará os seus membros, o contabilista certificado como a pessoa que salvaguardará os interesses de qualquer empresa, de qualquer entidade na necessidade de recorrer a um contabilista certificado...”* Nesta matéria, considerou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária muito relevante o facto de se partilhar com os empresários internacionais que, aquando da sua chegada a Portugal, necessitam do profissional certo para o aconselhar em determinadas temáticas e esse profissional é o contabilista certificado. Em regra, verificava-se que o elo de ligação era o advogado, remetendo este para o contabilista certificado. E, portanto, continuou, o que se pretende é pôr o contabilista certificado como um interlocutor direto e que é aquele que salvaguarda o interesse de qualquer entidade que venha do estrangeiro para Portugal e que precise de aconselhamento nestas áreas. Manifestou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária a intenção de reforçar bastante o papel dos profissionais no sentido de divulgar aquilo que são as atividades dos contabilistas certificados.

A par de tudo isto, informou a Sra. Bastonária, foram endereçados à Autoridade Tributária e à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais três pacotes de iniciativas legislativas. Exteriorizou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que a Ordem já há alguns anos que tem esta prática e que vai sugerindo determinadas alterações em matérias quer fiscais quer referentes ao calendário fiscal, no sentido de melhorar a forma como se presta o serviço e de garantir o



tal exercício público da profissão. Fomentando estas iniciativas legislativas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu acreditar que a Ordem está a contribuir para melhorar esta relação, este exercício público da profissão. Em resultado daqueles três pacotes de iniciativas legislativas muitas das situações foram já alteradas ou reajustadas. Assim, o ano 2018, deste ponto de vista, referiu e Sra. Bastonária, não foi negativo, ao invés, disse, foi bastante positivo porque existiu uma relação muito estreita com a Autoridade Tributária e com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, condição que permitiu aprovar a grande maioria das propostas apresentadas as quais tiveram impacto na vida dos profissionais em 2019 de forma significativa. Neste sentido, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária chamou a atenção para a publicação da Lei n.º 39/2018, e em concreto, para os cento e vinte dias para disponibilização dos formulários digitais da Autoridade Tributária. Exteriorizou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que este era um sonho de todos, especificamente, a possibilidade de planeamento do trabalho de forma correta, algo considerado imprescindível para a garantia do exercício público da profissão. Independentemente da iniciativa junto do Parlamento, no primeiro momento, não tivesse sido da Ordem, a instituição apoiou a medida e envidou esforços junto do Parlamento e da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais para que a mesma fosse aprovada e foi, efetivamente, aprovada pelos principais partidos com assento parlamentar. Aliás, este ano, disse, em resultado desta disposição legal, está consagrada uma norma transitória, pelo que, para o no 2019, o prazo ainda é de noventa dias, para o próximo ano serão os cento e vinte dias. Já está disponível, lembrou, e desde 1 de março a modelo 22 e a IES desde o dia 1 de janeiro. Considerou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que o descrito constituiu uma mais-valia enorme em termos de organização do trabalho e de tempo de trabalho.

A Sra. Bastonária continuou a sua intervenção, lembrando que, no ano de 2018, foi comemorado, pela primeira vez, o Dia Nacional do Contabilista Certificado. Já era algo que vinha a ser falado há muitos anos, mas ainda não se tinha concretizado e, em 2018, a Ordem entendeu iniciar esse processo, por forma a assinalar um dia e demonstrar que a profissão existe, está viva e que tem o seu reconhecimento e, com isso, pretende-se manifestar nesse dia o agrado e o orgulho de sermos contabilistas certificados. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou que o dia continuará a ser assinalado, pois os contabilistas certificados



precisam de ganhar o orgulho da profissão e, no seu entender, este aspeto ainda está aquém do que gostaria. Acrescentou ainda a Sra. Bastonária que, este Dia Nacional do Contabilista servirá, exatamente, para que as iniciativas que sejam tomadas nesse dia incentivem os contabilistas a ter orgulho, a querer ser contabilistas, a serem os melhores contabilistas e a exercerem as melhores práticas profissionais. Mais acrescentou que, em 2018, o Dia Nacional do Contabilista foi um sucesso, e este ano de 2019 será feito em conjunto com o Congresso. A este respeito, informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, “*o nosso grande Congresso*”, em 2019 será nos dias 20 e 21 de setembro, que coincidirá com o Dia Nacional dos Contabilistas. Espera-se um megaevento, opinou. Mais anunciou que vai realizar-se, também, o XV Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, agendado para o dia 6 de julho, nas Caldas da Rainha, ainda, quanto a este evento, recordou que, no ano passado foi realizado em Vila Real e nele participaram oitocentos e cinquenta colegas, num convívio onde foi demonstrada muita união e positividade entre colegas. Inicialmente pensou-se juntar o Encontro Nacional com o Dia Nacional do Contabilista e com o Congresso, mas, por serem muitos dias, decidiu-se separar os eventos.

Houve também muita adesão às formações eventuais ao longo do ano 2018, aliás, reforçou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, aquilo que se nota é um aumento exponencial na procura de todos os serviços da Ordem, inclusivamente na formação, acrescentando que, o ano 2018 registou um acréscimo enorme desta procura, sendo as formações eventuais sempre um ponto alto, é a formação mais frequentada, por todos, em todo o país. O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses foi mantido à semelhança dos anos transatos e partilhado, foi o XIV anuário. Como é do conhecimento público, referiu, o anuário estava nas mãos do Professor João Carvalho, e o facto de ele já não estar entre nós não vai significar que este anuário não se realize para o próximo ano, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, ao invés, temos que dar continuidade ao trabalho e ao legado que nos foi deixado. Lembrou então a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, este anuário financeiro é extremamente importante para a credibilidade e para o serviço público que o contabilista presta. Quando foi elaborado o primeiro anuário verificou-se uma mudança estrutural do pensamento e da forma como as autarquias prestavam contas. Os primeiros anos foram difíceis, recordou



a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, adiantando também que existiram contestações contra o mesmo e contra a forma como as contas das autarquias foram publicadas e houve, inclusivamente, quem quisesse retirar este anuário financeiro da sua divulgação, precisamente, porque mexeu com uma estrutura difícil, com o Estado. E aquilo que este anuário trouxe foi, sublinhou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, um grande serviço público. Após todas estas contestações e notificações à Ordem, referindo ainda, processos judiciais, aquilo que aconteceu foi o que a instituição pretendia: as autarquias passaram a ser mais diligentes com a sua prestação de contas. E o que a OCC pretende é que, de facto, todas as instituições tenham contas transparentes e que prestem contas nesse âmbito. E aqui o anuário financeiro serviu exatamente para isso e tem servido, este serviço público que tanto é necessário a este país. Nesse momento a Sr.<sup>a</sup> Bastonária divulgou que, tem a expectativa que o contabilista público siga exatamente o mesmo caminho e que haja um bom serviço público feito única e exclusivamente por contabilistas certificados.

Continuando a sua intervenção, a Sra. Bastonária referiu que, foram também apresentados os resumos à proposta e ao próprio Orçamento de Estado, que constituem uma análise e antecipação das questões relacionadas com aqueles documentos. O Orçamento de Estado tem, normalmente, alterações a normas de base fiscal, quer do Código do IRC, quer do IRS, quer do IVA e, assim sendo, é muito importante para os contabilistas terem uma prévia noção daquilo que será introduzido em sede de Orçamento de Estado.

Mais informou a Sra. Bastonária que, após uma interrupção, foi retomada a Comissão da História da Contabilidade. Realçou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária a importância desta comissão, relacionada com os livros do CPS, os três grandes volumes que estão a ser avaliados e cuja apreciação depende, precisamente, do parecer desta Comissão de História da Contabilidade e, conseqüentemente, a mesma teria de ter continuidade.

Acrescentou também que, em resultados de eleições nas respetivas organizações, foram eleitos membros da Ordem representantes na EFA e no CILEIA e daí as condições para melhor acompanhar das questões de âmbito internacional. Também que, foi dedicada uma parte do ano de 2018 à exploração dos auditórios da Ordem. Estes auditórios estão, muitas vezes, ocupados pela Ordem naquilo que são os eventos para os contabilistas certificados. Quando não estão a ser utilizados nos eventos da Ordem podem ser rentabilizados. A



rentabilização foi uma medida implementada em 2018 e que já revelou resultados bastante positivos, quer no espaço de Lisboa quer no do Porto, informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se também à aposta da Ordem nas cerimónias de entrega de Certificados aos novos membros. A fim de lhes trazer determinadas competências que são essenciais para a profissão, tendo sido implementado um kit e uma formação para os novos membros, ministrada nesse mesmo dia, relacionada com competências no âmbito da liderança, marketing e questões empresariais, matérias consideradas muito úteis para a profissão.

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária expressou também que a Ordem esteve sempre e está ao lado da academia no seu apoio àquilo que são, ou os melhores alunos ou os melhores trabalhos ou casos de empreendedorismo e, por isso, a instituição premiou situações relacionadas com este tema, nomeadamente, os melhores alunos de várias entidades. Foram realizadas dezenas de representações externas em universidades, empresas, entregas de prémios, lançamentos de livros, etc. A Ordem, atualmente, referiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, é convidada para estar representada em quase cinco eventos por dia. Muitas vezes, o Conselho Diretivo não consegue satisfazer todas as solicitações. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária realçou que estes convites traduzem o reconhecimento do trabalho que a Ordem está a efetuar, do reconhecimento da instituição e o reconhecimento dos profissionais. Continuando, referiu o fato de várias entidades nacionais e estrangeiras visitarem a instituição. Hoje em dia muitas entidades, nomeadamente universidades e alunos querem conhecer a instituição. No que respeita à comunicação com os membros, a Sra. Bastonária realçou que, como é do conhecimento público, existiu um dinamismo enorme. Foram elaborados diversos vídeos, a agenda da Bastonária, normalmente, é divulgada no site da Ordem e, quanto à nova forma de comunicação, através da newsletter foram inseridos novos elementos, por forma a conseguir-se ter uma comunicação muito mais permanente junto dos membros. Uma das questões que esteve em discussão durante o ano 2018 e que é assunto extremamente importante, foi o justo impedimento, referiu a este respeito a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, a Ordem está na iminência de ter concluído este processo e de ter realizado também nesta matéria um sonho de muitos anos de todos os profissionais. Neste momento, sublinhou, esta temática está já em proposta de lei na Assembleia da República



e vai concretizar-se nos próximos tempos, tudo indicando que entrará em vigor em 2020. A Ordem está a tentar que seja no último trimestre de 2019 ou, pelo menos, em 2020 será, finalmente, uma realidade.

As reuniões livres foram reestruturadas, fruto de algum dinamismo para aproximar, principalmente, os jovens. Uma das coisas que preocupa muito a Ordem em relação à profissão, assegurou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, é a constatação de uma profissão envelhecida, cerca de quinze mil membros têm mais de sessenta e cinco anos. São muitos membros a sair e poucos membros a inscreverem-se ou a permanecerem na profissão. Ainda assim, garantiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, em 2018 existiu um aumento considerável do número de inscritos para o exame da Ordem, mas que não será suficiente para a necessidade de contabilistas que existirá.

Foram aprovados novos regulamentos, referiu também a Sra. Bastonária, acrescentando que, a Ordem aprovou todos aqueles que tinham a ver com a instituição e com situações que não estavam sujeitos a terceiros, faltando a aprovação do Regulamento da inscrição, que depende do Ministério e da A3ES, pelo que, assim que for possível, o mesmo será também remetido à AR para aprovação. Está igualmente em falta a aprovação do regulamento da formação, esse é da competência exclusiva da Direção, disse a Sra. Bastonária, no entanto, o mesmo pode levantar questões relacionadas com a autoridade da concorrência, alertou. Mais, referiu ainda, está na altura de ser elaborado também o Regulamento Eleitoral. Mencionou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, o regulamento do controlo de qualidade será o último a ser ponderado, por uma razão simples, a saber: a transformação enorme no que diz respeito à profissão, tanto com o SAFT da contabilidade, como com toda a exigência a nível da digitalização e das necessidades que hoje em dia se impõem às empresas. Assim, o regulamento do controlo da qualidade deverá ser elaborado em consonância com os resultados deste ano em relação a toda a forma como os contabilistas acompanharam o processo do SAFT da contabilidade. Reafirmou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária da necessidade do mesmo, reforçando que não está esquecido, no entanto, quando chegar o *timing* certo, e quando for efetivamente relevante, será elaborado esse regulamento.



Durante o ano 2018 foram desenvolvidos mais momentos lúdicos, com o intuito de aproximar os contabilistas da Ordem. Realizou-se a corrida solidária em Braga, a festa de Natal, os cartões de parabéns e o dia da mulher, tudo na perspetiva de aproximar os contabilistas à instituição. Nesta matéria, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária não quis deixar de enfatizar a festa de Natal, considerando que foi um sucesso enorme, já que, quer o auditório de Lisboa quer o do Porto, esgotaram os respetivos ingressos. Realçou também a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que esse evento teve um significado enorme, *“que é trazer a família para dentro da instituição, e isso é extremamente importante, porque nós não somos nada sem as famílias e as famílias também precisam de compreender o que fazemos.”* Foi importante, realçou, esta ligação familiar que existiu e que trouxe algum orgulho aos filhos dos contabilistas, pois, aperceberam-se que os pais estão integrados numa instituição que também pensa neles. A Sra. Bastonária referiu-se ainda à realização do *“novo exame de agregação, já com novas regras e novas pessoas.”*

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária, concluindo a apresentação do trabalho realizado, afirmou *“porque eu diria que aquilo que mais queríamos, que esta direção mais queria, era o ponto de aproximação dos membros à Ordem, o que o Conselho Diretivo mais queria era a aproximação dos membros à Ordem”* e tendo sido este objetivo conseguido, atualmente, a Ordem depara-se, segundo a Sra. Bastonária, com as consequências dessa proximidade: o aumento dos números e da interação dos membros com a Ordem é exponencial. Assim, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, todos os dias a Ordem tem que se redobrar para conseguirmos dar resposta a todas as solicitações dos membros. A título de exemplo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária mencionou que, em relação à pasta CC, face a 2017, houve um crescimento de 74.678 questões, mais 67% do que no ano anterior, sendo que apenas em maio é que se avançou fortemente com todo este trabalho, porque os meses de março e abril foram predominantemente ocupados com trabalhos de organização, planeamento, elaboração de orçamento de 2018 e relatório e contas do ano anterior. Mais, o site da OCC, teve 5.242.679 acessos, mais 23% face ao ano 2017. O canal da OCC do YouTube teve 142.789 visualizações, mais 20% face a 2017. Os seguidores nas redes sociais aumentaram em 10% face ao ano anterior. Tudo aquilo que é ligação com os membros, conforme explanou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, tem vindo a aumentar exponencialmente e que, os



aos números agora em 2019 mantêm, todos os meses, um aumento considerável. Todos os meses tem que se refazer e reestruturar os serviços para se conseguir dar resposta a tudo isso, e a crescer ao que foi exposto, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária informou que também, os pareceres técnicos aumentaram para 8.277, mais 19% face a 2017, bem como os esclarecimentos do TOC Online que em 2018 foram prestados 12.813, já os esclarecimentos jurídicos ascenderam a 9.781. Membros em formação foram 133.886. Exclamou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária: *“E digo-vos, isto tudo é obra!”*. Prosseguiu, afirmando que os números traduzem uma satisfação enorme. Em relação a 2019, quase todos os meses duplicam os pedidos de esclarecimentos, o que é muito positivo, no entanto, será necessário reorganizar internamente os serviços para dar resposta cabal a todos os pedidos.

Os processos disciplinares foram os únicos que diminuíram, 80% face a 2017, disse a Sra. Bastonária. Esta diminuição deveu-se ao facto da Autoridade Tributária ter assumido aquilo que está previsto na lei, em concreto, ser ela a fazer as cobranças coercivas das quotas da Ordem. É que a maior parte dos processos disciplinares eram, efetivamente, processos por falta de pagamento de quotas, o que trazia muitos constrangimentos para a Ordem, já que se alocavam imensos recursos a este processo, quer do departamento jurídico quer do disciplinar. Com a passagem dessa cobrança para a Autoridade Tributária, houve uma diminuição de 80% dos processos em curso no Conselho Jurisdicional. Tal significou que foi possível empregar os recursos naquilo que são, verdadeiramente, os processos disciplinares relacionados com o exercício da profissão, com o dever de lealdade e outras questões de não cumprimento estatutário. Continuando o seu relato, a Sra. Bastonária, referiu que o serviço de mediação de conflitos, registou 56% de sucesso nos processos que lhe chegaram, muitos processos resolvidos que teriam ido para o departamento jurídico e, conseqüentemente, para o Conselho Jurisdicional e para a competente análise disciplinar e, com a intermediação implementada, evitou-se isso. Referindo mais números informou que, aos beneficiários do Fundo de Solidariedade Social houve um aumento de 4%. Também que, os candidatos à OCC aumentaram 12% face a 2017. Acrescentou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, foi dada continuidade ao que já vinha a ser praticado: o respeito integral das regras a que estamos sujeitos em sede de



contratação pública. Alertou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que estas regras da contratação pública trazem, em algumas situações, problemas e constrangimentos, nomeadamente, quanto ao tempo de decisão face ao tempo de execução, mas trazem também efeitos positivos significativos em termos de poupança e, acima de tudo, de rigor e transparência em todos os processos contratuais. Em 2018, disse, houve, em resultado da contratação pública, uma poupança de € 868.795,00.

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária frisou igualmente que, estes números não aumentam só por si e não se conseguiram satisfazer também só por acaso, reafirmando que a Direção *“esteve muito empenhada em satisfazer e dar ela própria muitas vezes resultado e resposta a muitas destas solicitações”* mesmo quando os recursos eram escassos, sublinhou.

Após a apresentação genérica dos números, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária deteve o seu discurso nos *“nossos números efetivos”* isto é, referindo-se às contas da Ordem, justificando, o seu pedido inicial de aprovação integral das contas, *“E por isso vos pedi a aprovação integral destas contas, porque estas contas, dentro da sua transparência, dentro daquilo que é o rigor, dentro daquilo que é a exigências, está tudo refletido e os resultados estão à vista, (...) foi uma mudança que se teve de fazer internamente para conseguir, também, (...) um grande equilíbrio de tesouraria”*. Salientou que, com o trabalho realizado o ativo aumentou para €30.919,607, que os fundos patrimoniais aumentaram para €20.451.494 em consequência do resultado líquido do exercício, que foi de quatro milhões e setecentos mil euros, e que o passivo diminuiu para €10.468.113. Estes, disse a Sra. Bastonária, são os resultados dos quais a Ordem e o Conselho Diretivo se orgulham, pois, todos estiveram muito empenhados, e realçou o trabalho da Dra. Cristina Pena Silva, tesoureira, pela forma como procurou as melhores e diferentes soluções, contribuindo para uma significativa poupança. A autonomia financeira da Ordem aumentou para 66,1% e o grau de solvabilidade aumentou para 1,95. *“Isto é, desculpem que vos diga, extraordinário!”*, exclamou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e sublinhou que, esta era uma das grandes preocupações da Direção no ano transato, expressa precisamente na assembleia de apresentação de contas. Nessa ocasião, muitos colegas, chegaram a aventar a possibilidade de a Ordem se encontrar em situação de falência. Esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que a Ordem tem, neste momento, uma estabilidade financeira total. Este Conselho Diretivo conseguiu o



equilíbrio após os grandes investimentos, designadamente, os auditórios. “*Isto é parte de todos nós*”, exclamou novamente a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. As conferências, a formação, podem ser agora realizadas nas instalações da Ordem. Com o investimento efetuado pelas direções anteriores, acrescentando a redução significativa de gastos e um equilíbrio também na recuperação das quotas, tudo isto fez com que as contas se apresentem equilibradas.

A redução significativa dos gastos e a recuperação de créditos por quotas atrasadas, estas que se refletem na reversão de imparidades, conseguidos em 2018, trouxeram, referiu a Sra. Bastonária, um equilíbrio financeiro notável, que permite dizer com segurança, agora em 2019, que se pode concretizar o maior projeto de formação de sempre da Ordem. Se não fosse esse reequilíbrio obtido pelas contas de 2018, afiançou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, não seria possível avançar com tal projeto. Uma das grandes preocupações manifestada por muitos colegas durante a campanha eleitoral, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, foi a fragilidade das contas da Ordem, nomeadamente, a nível da tesouraria pela existência de contas caucionadas, através das quais a Ordem estava a utilizar € 1.846.000,00. Aquela não era uma situação para se manter, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, tendo o Conselho Diretivo tomado, desde logo, medidas para resolver a questão da sustentabilidade, porque os investimentos já estavam estabilizados e, portanto, era o momento de se conseguir reduzir gastos e fazer face a estes financiamentos correntes. A Direção empenhou-se, disse, e em Outubro de 2018, foi paga a última tranche das contas caucionadas. Para além disso, todos os cumprimentos no que respeita aos investimentos de longo prazo mantiveram-se e, em 2018, a Ordem pagou € 2.876.761,00 de financiamentos, reduzindo 28,26% do valor da dívida. Conseguiram-se tais resultados, disse, porque se apostou na mudança, designadamente, no facto de a cobrança das quotas em atraso ser realizada pela Autoridade Tributária e que todos os recursos da Instituição foram utilizados para promoverem o contacto com os membros que eram devedores de quotas, conseguindo-se desse modo uma recuperação significativa.

Em relação à demonstração de resultados, segundo a Sra. Bastonária, durante o ano de 2018, conseguiu-se aumentar os rendimentos e diminuir os gastos face ao que estava orçamentado, sendo que os gastos diminuíram para €13.444.195 e os rendimentos



aumentaram para €18.167.231. A Ordem não é muito elástica em termos dos rendimentos, sublinhou. Os rendimentos são mais ou menos aqueles, disse, e que se têm mantido ao longo dos anos. O que se pretende é este equilíbrio entre os gastos e os rendimentos para que a Ordem possa ter a sua própria sustentabilidade. “*Isto originou um resultado líquido de € 4.723.036,00, um resultado enorme*”, considerou a Sra. Bastonária, mas este resultado, como se sabe, não significa, adiantou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, dinheiro nem tesouraria. Isto não pode significar, como alguns colegas manifestaram nas redes sociais, a possibilidade de redução das quotas ou de não cobrança da formação, e a este respeito, referiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, de acordo com o seu entendimento, a estabilidade dá-se na continuidade, pelo que, será necessário ter precaução na gestão de todos os recursos da Ordem que, naturalmente, pertencem aos membros.

Analisando o gráfico da divisão de rendimentos e, em concreto, do desvio face ao orçamento, verificou-se que, para 2018, os rendimentos previstos no orçamento eram de € 16.667.000 e os obtidos foram de € 18.167.000.

Em relação às perdas por imparidade, a Ordem tinha em 2017 cerca de cinco milhões de imparidades, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. As quotas que já estavam prescritas foram consideradas perdidas, daí a redução de cerca de um milhão neste valor. Mais, esclareceu que, trabalhou-se em relação a todas as situações no sentido de recuperar as quotas em atraso, trabalhou-se pessoalmente cada situação, aceitando-se planos de pagamentos e aceitando-se as respostas que os membros davam em relação à dificuldade de pagar. No final do ano, referiu, registou-se uma diminuição das imparidades de €1.975.000 e foi realizado um reforço de € 100.000,00. O que significou que, as perdas por imparidade totalizassem à data do balanço do período económico findo em 31 de dezembro de 2018, €872.093, um valor bastante diferente dos €3.833.000 apresentados no início do ano. Adiantou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, provavelmente, este é um caminho que não voltará a ser percorrido porque agora, como a cobrança é executada pela Autoridade Tributária, a Ordem já não terá que se deparar com estas contingências. Assim, e continuando ainda com o assunto das quotas em atraso, salientou que no final do ano 2017, na totalidade, “*tínhamos cerca de cinco milhões, imparidade os tais € 3.833.000 e agora, em 2018, temos €3.124.000,00.*” Estes €3.124.000, elucidou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, correspondem ao



valor aproximado de quatro meses de quotas. Não é, propriamente, incobrabilidade, disse, é sim, o normal processamento. Salientou também a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que seriam alterados procedimentos neste aspeto, já que, as cobranças, atualmente são trimestrais e alguns colegas não querem passar para débito direto por ser só trimestral, por isso a periodicidade irá passar a mensal.

Continuando e referindo-se aos fornecedores, sublinhou que, também ali houve mudança significativa em relação às contas. A Ordem teve e tem uma prioridade: *“pagar logo tudo aquilo que devemos”*. Em 2017 ainda se apresentava um saldo de €874.000 e, em 2018, esse valor verifica-se reduzido para €392.000, sendo este montante correspondente a praticamente, o mês de dezembro. Em relação aos gastos, *“isto é só também uma evidenciação dos gastos e a análise do desvio face ao orçamento”*, esclareceu, aqui também as notícias, face ao orçamento, são positivas, houve um desvio orçamental de €2.193.000 para menos, *“gastaram-se menos esses dois milhões”*, acrescentou. Exteriorizou também a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, no ano passado, quando foi apresentado o orçamento para 2018, houve alguma precaução, mas o que se verificou durante o ano 2018, foi mesmo uma considerável redução dos custos.

Uma das coisas que a Ordem se propôs implementar já para o ano de 2018, disse a Sra. Bastonária, foi a divulgação das remunerações e dos gastos dos órgãos sociais e, em consequência, nos relatórios intercalares e também agora no relatório e contas está contido o relato pormenorizadamente dos custos de cada uma das pessoas dos órgãos sociais, acrescentando que, *“como instituição pública, a Ordem considera que esta é uma informação muitíssimo relevante para a confiança”* e para a avaliação do que é a realidade da instituição. E, pelo exposto, o Conselho Diretivo, na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Bastonária propôs à AR que fosse aprovado, por unanimidade, o relatório e contas do período 2018. Mais propôs que, aos resultados líquidos, no valor de €4.726.035,70, fosse efetuada a seguinte aplicação: *“€ 4.630.138,00 para a conta de fundos e a importância de € 91.897,70 para a conta do fundo de solidariedade social, como tem sido comum nesta aplicação de resultados.”*

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária adiantou também que, o Conselho Diretivo agradece e reconhece que sem o trabalho dedicado e empenho de todos os colaboradores internos e externos os



resultados alcançados não seriam possíveis. Daí o agradecimento e reconhecimento público por todo o trabalho desenvolvido.

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária focou ainda um ponto deficitário na Ordem, que é o atendimento telefónico, isto porque, no ano passado, o servidor que suportava o *call center* avariou. Sendo a OCC uma entidade sujeita a contratação pública, para repor aquele equipamento foi necessário reestruturar toda a rede informática. Mais esclareceu que, foi aprovado o plano de atividades para o ano 2019 e nesse plano estava refletido “*o grande investimento que vai ser feito este ano a nível de ativos, tem a ver, precisamente, com essa rede informática.*” Sobre este mesmo assunto, informou que, foi aberto um concurso público internacional concluído só em Fevereiro de 2019, o qual demorou seis meses, que é, considerou a Sra. Bastonária, um prazo normal para um concurso público desta dimensão. Tal situação causa constrangimentos no atendimento, porque o *call center* não funcionou durante estes meses. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária considerou, então, que terá sido o ponto mais negativo em termos de trabalho. Para minimizar os constrangimentos, informou a Sra. Bastonária que, existem telemóveis distribuídos e as pessoas desdobram-se para atender os telefonemas, mesmo assim, a quantidade de telefonemas atendidos e de pareceres emitidos foi enorme. O atendimento não deixou de ser realizado, mas, reconheceu, não foi feito com as melhores condições e com a instalação do *call center*, o qual estava já em execução e que em Abril estaria, com certeza, nas palavras da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, operacional.

Em jeito de conclusão, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que, “*em resultado deste trabalho árduo, dedicação, sentido de missão e perceção da realidade pessoal e profissional dos contabilistas certificados*”, a Ordem construiu novos alicerces para a profissão, que serão consolidados nos próximos anos, “*certos que o dia de amanhã será muito melhor que o de hoje, pois o de hoje já é, claramente, melhor do que o de ontem. É isto que se pretende, é sempre fazer mais e melhor*”.

Terminada a sua intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu e mostrou-se disponível para prestar qualquer esclarecimento sobre qualquer rúbrica respeitante às contas.

De seguida, o Sr. Presidente da Mar deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal.



O Sr. Presidente do Conselho Fiscal iniciou a sua intervenção cumprimentando todo o Conselho Diretivo na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, todos os elementos da Mesa e os colegas na plateia, bem como o Conselho Jurisdicional, na pessoa do Sr. Presidente daquele órgão. Seguidamente, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal referiu que a sua intervenção abarcaria oito pontos, a saber: pequena introdução; o âmbito de atuação do Conselho Fiscal; sua organização e funcionamento; remunerações; pareceres e relatórios emitidos; participação em eventos; recomendações efetuadas e o parecer sobre o relatório e contas apresentado pelo Conselho Diretivo. Esclareceu, assim, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, que o órgão tomou posse no dia 5 de março de 2018 e, no âmbito das atribuições previstas no artigo 62.º do Estatuto da OCC, compete-lhe relatar a atividade do mesmo no decurso do período 2018, que findou. Além disso, iria descrever os procedimentos de fiscalização executados que estão estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 62.º do referido Estatuto. A nível de organização e funcionamento, em 14 de maio, foi aprovado um Regimento de funcionamento do Conselho Fiscal e, durante o ano de 2018, foram realizadas dezoito reuniões. Quanto às remunerações, que também constam do relatório e contas detalhadamente, as mesmas são fixadas por senhas de presença, tendo estas sido fixadas pela Comissão de Fixação de Remunerações dos titulares de órgãos sociais, no dia 7 de maio de 2018. Referiu também que, durante o período de 2018 e até à data, aquele órgão emitiu vários pareceres sobre os diferentes documentos, designadamente, dos planos de atividades e orçamentos e, também, relativamente aos relatórios. Foi, disse, igualmente emitido um parecer, a pedido da Comissão de Fixação de Remunerações de titulares de órgãos sociais, relativamente às remunerações do órgão de fiscalização para o ano de 2019.

No âmbito da intervenção do Conselho Fiscal, adiantou o Sr. Presidente que, foi estabelecido um diálogo ativo com o auditor responsável pela revisão legal de contas da instituição, designadamente, para se tentar compreender quais foram as matérias relevantes significativas da auditoria, onde se destacam: *“a compreensão do sistema contabilístico e de controlo interno relevante para a auditoria das contas da Ordem; conhecer quais foram os níveis de materialidade que o auditor usou para realizar o seu trabalho; perceber quais foram as áreas identificadas como risco de distorção material,*



ou seja, aquelas áreas onde, eventualmente, há maior risco de acontecerem erros contabilísticos.” O Conselho Fiscal, acrescentou o Sr. Presidente, quis também perceber quais foram os procedimentos que o auditor desenvolveu em cada uma dessas áreas e, finalmente, ter conhecimento das conclusões que o próprio auditor tomou ou refletiu em cada uma dessas áreas que foram reconhecidas como distorção material. Acrescentou que, no âmbito das várias reuniões realizadas *“não foram comunicadas quaisquer exceções com impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do período, nem (...) situações relacionadas com acontecimentos subsequentes após a data do balanço até à emissão do parecer do próprio auditor, da certificação legal das contas e também do (...) parecer do Conselho Fiscal.”* Informou ainda que, como resultado do trabalho de auditoria que foi efetuado, o auditor emitiu uma opinião não modificada, sem reservas e sem ênfases, aquilo que em auditoria é conhecido como uma *“opinião limpa”*. Relativamente à execução do plano de atividades e orçamento do período, verificou-se, segundo as palavras do Sr. Presidente do Conselho Fiscal que, o relatório e contas descreve com pormenor os rendimentos e gastos relativamente à sua natureza existindo, na opinião do Conselho Fiscal, justificações para os principais desvios face aos valores do orçamento. Entretanto, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal colocou a questão de saber que outros procedimentos de fiscalização o Conselho Fiscal levou a cabo, dando de imediato a seguinte resposta: *“foram lidas todas as atas e efetuados resumo de todas as atas do Conselho diretivo. A análise, por amostragem, à documentação de suporte da contabilidade”*. Adiantou ainda o Sr. Presidente do Conselho Fiscal que, foram efetuadas, ao longo do período, diversas sugestões e recomendações, quer ao Conselho Diretivo, quer aos próprios serviços de contabilidade e financeiros da Ordem. Foram também realizadas indagações verbais e escritas aos serviços de contabilidade da Ordem e ao Conselho Diretivo. Acrescentou ainda o Presidente do Conselho Fiscal que, o órgão participou, por iniciativa própria, na elaboração do caderno de encargos do concurso público para a seleção do auditor externo. Mais referiu que, o Conselho Fiscal recorreu ao serviço de filtragem, relacionado com a lei do branqueamento de capitais, tendo sido escrutinados todos os membros do Conselho Diretivo, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal e as chefias da Ordem para verificar se existia alguma situação anómala. O



Conselho Fiscal verificou ainda a conformidade da apresentação das demonstrações financeiras que constam do relatório e contas face ao normativo contabilístico aplicável. Ainda no âmbito das contas, o Conselho Fiscal, segundo o veiculado pelo Sr. Presidente, procedeu à apreciação da adequação e da consistência das políticas contabilísticas adotadas e a sua correta divulgação no anexo. Mais, referiu, procedeu também aquele órgão a uma análise cuidada, profunda do conteúdo do relatório e contas do período 2018, apresentando diversas sugestões de melhoria e recomendações. Relativamente aos relatórios financeiros intercalares do primeiro, segundo e terceiro trimestres, foram apresentadas também, em tempo oportuno, as sugestões de melhoria entendidas pelo Conselho Fiscal. A nível de eventos e outras realizações, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal destacou a participação em diversas conferências, congressos, formações, também nas reuniões livres e nas assembleias da AR. Por último, referiu o Presidente do Conselho Fiscal que, foram efetuadas duas recomendações: o Conselho Diretivo deveria manter a política de melhoria contínua do seu sistema de controlo interno considerando, designadamente, as oportunidades de aperfeiçoamento entretanto identificadas ao longo do período; também, como se trata de um relatório de atividades anual, não só do relatório e contas, o Conselho Fiscal entendeu que, sendo o plano de atividades e orçamento um documento público, deverá ser aprimorado no sentido de ser incluído, para além da demonstração dos resultados por natureza provisional, também um balanço provisional e uma demonstração dos fluxos de caixa provisional.

Concluindo a sua exposição, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal divulgou que, o entendimento do Conselho Fiscal é de que, a AR deverá aprovar os documentos de prestação de contas do período 2018, *“tal como foram apresentados pelo Conselho Diretivo”* devendo e, em simultâneo, aprovar *“a aplicação do resultado líquido do período 2018 proposta pelo Conselho Diretivo.”* Para finalizar, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, quis deixar um agradecimento muito especial aos colegas do Conselho Fiscal, considerando-os excelentes elementos de uma equipa que se orgulha de liderar. Seguidamente o Sr. Presidente da MAR solicitou aos Srs. Representantes que pretendessem pronunciar-se ou questionar sobre este ponto da Ordem do Dia o favor de se identificarem. Inscreveram-se nove Representantes, nomeadamente: CC 280, António



Cerejo Moreira Caseiro; CC 4447, Manuel Vieira de Sousa; CC 15249, Romeu Manuel Almeida de Figueiredo; CC 2445, José Domingos de São Bento Rodrigues; CC 9593, António Manuel dos Santos Nabo; CC 29616, Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva; CC 24253, Vitor Lino Soares Martins, CC 83733, Rui Manuel Gertrudes Herdadinha e CC 37094. Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente.

O Sr. Vice-Presidente da MAR informou da disponibilidade de três minutos para cada intervenção e chamou ao púlpito o Representante António Cerejo Moreira Caseiro.

No uso da palavra o Representante António Cerejo Moreira Caseiro, e após cumprimentar os presentes e prometendo ser breve referiu que, conforme dispõe o artigo 40.º dos Estatutos da Ordem, na sua alínea b), compete à AR apreciar e votar o relatório anual e as contas do exercício e o relatório anual do Conselho Fiscal, e que, compete ao Conselho Diretivo, segundo o artigo 54.º na sua alínea b), arrecadar as receitas e autorizar as despesas da Ordem, nos termos do orçamento aprovado, e na alínea c), apresentar anualmente à AR o relatório e contas respeitante ao ano civil anterior, acrescentado que, a prestação de contas é essencial para a transparência e confiança da Ordem. Prosseguiu o Representante António Caseiro mencionando que, sendo um contabilista certificado tinha o dever de avaliar tudo o que se encontra refletido no relatório e contas e, nesse sentido, deixou uma palavra de apreço à Ordem por tudo o que está a fazer em termos de apoio social aos membros. Continuou expressando que, no seu entender, *“o exercício 2018 se pautou por uma política de gestão rigorosa, clara, bem definida, transparente, segura e coerente,”* considerando os principais vetores estratégicos do Conselho Diretivo: *“uma ordem para os seus membros, um reposicionamento dos contabilistas certificados e uma redefinição dos profissionais do futuro”* utilizando as palavras, disse, da Sra. Bastonária e que, na sua opinião, já estão a dar frutos. Pronunciando-se sobre as contas sublinhou que, a Ordem apresentou em 31 de Dezembro um magnífico resultado líquido de € 4,7 milhões perante um resultado de € 799.000,00, em 31 de dezembro do ano anterior, um aumento superior a de 3,9 milhões de euros, ou seja, uma variação positiva de 491%, que concorre significativamente para uma situação económica muito forte e robusta da Ordem. Continuando a sua análise às contas, destacou a evolução do rácio de autonomia financeira, de 66,1% em 2018 contra 53,2% em 2017 e do rácio de



solvabilidade, de 1,95 em 31 de dezembro de 2018 contra 1,4 em 31 de Dezembro de 2017. Concluiu António Caseiro dizendo que *“só com uma enorme e cuidada e rigorosa gestão de gastos e uma grande obtenção de receitas é que se consegue obter estes magníficos números obtidos nestas contas que são apresentadas através destas demonstrações financeiras e que são bastante demonstrativas da sustentabilidade financeira da Ordem dos Contabilistas, que é fundamental para continuar a desenvolver os grandes projetos, tão importantes para a vida dos nossos contabilistas certificados. Estes resultados são uma demonstração da credibilidade do Conselho Diretivo. Quero dar aqui os parabéns a todos os membros da Ordem pelo facto de no dia 05/03/2019 terem atingido o primeiro ano de exercício de funções, extensível a todos. Ao terminar, gostaria de expressar o meu agradecimento pelo excelente trabalho da Exma. Bastonária, Dra. Paula Franco, a todos os restantes membros da Direção, não deixando de realçar o excelente trabalho da Exma. Diretora Ana Cristina Pena Silva. Assim, sou do parecer que sejam aprovados por unanimidade o relatório e contas do exercício de 2018 e que seja aprovado um voto de louvor a toda a Direção e restantes membros da Ordem”*.

O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu ao Representante António Caseiro e deu a palavra ao Representante Manuel Vieira de Sousa.

O Representante Manuel Vieira de Sousa, após cumprimentar os presentes, mencionou que ao receber a notificação e ao tomar conhecimento do relatório e contas ficou extremamente curioso com o resultado apresentado. De facto, afirmou, *“se fossemos olhar aos últimos dez anos, o melhor resultado que tivemos, foi cerca de um milhão e quinhentos mil euros. E este estava muito acima desse resultado”*. Era um resultado histórico, sem dúvida, sublinhou, adjetivando-o com o neologismo “fabulástico”, pois considerava aquele desempenho fabuloso *“porque parecia que era resultado de uma ficção, uma fábula e fantástico, porque aprazia-nos a todos”* e engrandeceu o feito referindo *“que este mandato começou em Março”* e, portanto, traduz apenas nove meses do ano. Verificou-se, segundo Manuel Vieira, pela primeira vez, a AT numa lógica de colaboração bastante grande. Disse ainda se recordar das reuniões de então com a AT em que, numa primeira fase demonstravam recetividade mas que, depois, *“parece que se*



*fechavam a sete chaves quando a gente saía*". A AT, lembrou Manuel Vieira, até tentou responsabilizar os contabilistas pela falta de pagamento de impostos, quando, se tinha conhecimento que havia impostos em dívida, era porque o contabilista tinha, com a entrega atempada das declarações fiscais, cumprido o seu papel. Considerou ainda Manuel Vieira que, esta mudança de atitude da AT é o resultado de um trabalho continuado e espera que se mantenha e perdure por muito tempo. Sublinhou o papel da AT na cobrança das quotas e a disponibilização atempada de outras informações importantes para o nosso trabalho. *"É histórico!"* exclamou o colega Manuel Vieira, *"E todo o processo está claro e transparente, objetivo no relatório"*. Referiu ainda que, houve circunstâncias, para além das citadas que, no seu entender, contribuíram para que o resultado fosse positivo, designadamente, o esforço do Conselho Diretivo no sentido de redução de custos e o facto de não existirem grupos de trabalho e comissões a funcionar. Ainda assim, continuou Manuel Vieira de Sousa, é com muito mérito e com muito trabalho que se conseguem estes objetivos, por isso, concluindo a sua intervenção, o seu voto favorável, apelando a todos – e que ficava muito contente - se da assembleia saísse também *"uma aprovação fabulástica, uma aprovação única, uma aprovação por unanimidade"*.

O Sr. Vice-Presidente da MAR após agradecer ao Representante Manuel Vieira de Sousa, chamou ao púlpito o Representante Romeu Manuel Almeida de Figueiredo para o uso da palavra.

Romeu Figueiredo iniciou a respetiva intervenção cumprimentando os presentes. Continuando, recorreu a uma frase sobejamente conhecida, afirmando *"contra factos não há argumentos"*. Mais afirmou *"que o balanço é o que é, a demonstração de resultados é o que é, fluxo de caixa é o que é"*. Ainda assim, referindo-se aos documentos em apreço, esclareceu que aplaudiu porque sempre enalteceu a transparência nas contas, acrescentando que, as contas, tal como vem desde há muito a dizer, deviam ter *"uma demonstração de funções"*, e com isso a informação do custo de *"cada um dos eventos que temos e não só."* Em avaliação dos gastos incorridos e reconhecidos na conta de *"fornecimento e serviços de terceiros,"* que representam 63% do total dos gastos, questionou, e disso pediu o esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, o facto de 33% dos mesmos



respeitarem a subcontratação, não estando espelhado no relatório a quem pertencem ao explicar-se, na página 73 do relatório, que, citamos o Representante: *“o montante de um milhão seiscentos e vinte e quatro euros, se refere ao desenvolvimento do sistema de informação do contabilista certificado, desenvolvimento e atualização de ferramentas informáticas, os módulos de TOConline, produção de vinhetas e mais um item”*. Destarte, o Representante Romeu Figueiredo, interrogou se a Sr.<sup>a</sup> Bastonária estaria em condições de, detalhadamente, informar qual o custo para cada um dos gastos ali contidos, a exemplo do detalhe que se verificava noutros itens de gastos e rendimentos, enquanto ali, qualificou, *“é um saco, como se costuma dizer”*.

O Sr. Presidente da Mesa, após agradecer ao Representante Romeu Manuel Almeida de Figueiredo, chamou ao púlpito o Representante José Domingos São Bento Rodrigues, a quem deu a palavra.

O Representante José Domingos São Bento Rodrigues iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e, seguidamente, esclareceu que tinha elogiado os resultados respeitantes a 2018 que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária tinha divulgado, no entanto, verificou que, a *“maior parte do rendimento e da diferença do rendimento entre 2017 e 2018 é fruto das reversões das imparidades”*, ascendendo estas a cerca de € 1.800.000,00, e que a esses € 1.800.000,00 devem somar-se: os gastos que deixaram de ser feitos com o envio da revista do contabilista; os custos com as eleições que decorreram em 2017 e 2018, mas que estão refletidos nas contas de 2017 e com o funcionamento das comissões. José Rodrigues explanou que *“avaliaria em termos normais, e não estive a fazer muitas contas, mas estaríamos a falar de cerca de três milhões de euros. O benefício foi cerca de três milhões de euros, porque o rendimento, quanto é que recebeu de quotas e pagou de...e... teve despesas com a ordem, o aumento do rendimento não é significativo.”* O que é significativo, no entender de José Rodrigues, é o fruto da reversão das imparidades. Continuou afirmando ter rececionado um e-mail da Sr.<sup>a</sup> Bastonária onde foi mencionado que os membros eleitos da AR pelo distrito de Braga, estariam presentes para prestar esclarecimentos sobre o relatório e contas de 2018, documento que estava em apreciação, tendo, ao tempo, ficado com a expectativa que estaria muita gente presente, no entanto, apenas apareceram três pessoas e não testemunhou quaisquer pedidos de esclarecimentos



sobre as contas. Acrescentou que não partilhava da mesma opinião da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, ao afirmar que vê as pessoas a virem para a profissão, a estarem mais dentro da profissão e a serem mais felizes na profissão. Continuando, o Representante José Rodrigues alertou para a nota 12 do anexo, onde considera existir um erro nas contas, pois, ao somar as subcontas das deslocações e estadas, o resultado não corresponde ao que está lá registado. Isto porque, se em 2018 se gastou mais que em 2017, nunca havia uma variação negativa. Reagiu ainda à afirmação da Sr.<sup>a</sup> Bastonária relativamente à dívida dos membros à Ordem em 31 de dezembro corresponder aos últimos quatro meses, uma vez que, entende que existem dívidas de mais de quatro meses. Mais questionou José Rodrigues, se da dívida de quotas que foi “desreconhecida”, correspondente a € 1.019.000,00, respeitava a processos disciplinares - e quantos processos - ou a dívidas prescritas. Isto porque se trata de muito dinheiro e, segundo constatou, apenas existiram dezoito processos disciplinares em 2018.

Neste momento, por já ter excedido largamente os 3 minutos no uso da palavra, o Sr. Vice-Presidente da MAR solicitou ao Representante José Domingos São Bento Rodrigues para concluir a sua intervenção.

José Rodrigues anuiu, tendo, em jeito de conclusão, referido que as contas estavam certas, mas alvitrou que não podia aceitar que não existissem provisões, nem documento que justificasse a redução das imparidades, *“a redução das imparidades não existe nada, nem documento, eu também não tenho, que me justifique esta redução das imparidades quando no ano passado tínhamos cinco milhões e temos três milhões de imparidades, este ano três milhões de dívidas e temos oitocentos de imparidade, portanto, o rácio de um para o outro são completamente diferentes.”*

O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu ao Representante José Domingos São Bento Rodrigues e deu a palavra ao Representante António Manuel dos Santos Nabo.

O Representante António Manuel dos Santos Nabo, após cumprimentar os presentes, mencionou que iria deixar umas notas positivas. Começou por afirmar que *“o que se está aqui a passar e o que se passou durante o ano passado, é uma situação histórica”*. Acrescentou que, o que foi demonstrado em termos de contacto, designadamente, através das redes sociais, espelha que a participação e a ligação à Ordem é gigantesca, e



acrescentou: *“As pessoas podem ir às reuniões livres ou às formações menos, mas o contacto com a Ordem existe e está fortíssimo, para quem quiser”*. Referindo-se ao reposicionamento do contabilista certificado, considerou António Nabo que, o trabalho tem sido notável. A responsabilidade do contabilista já ultrapassou as questões nacionais, há uma responsabilidade no mundo da contabilidade, adiantou. Daí que, no seu entender, seja igualmente necessário redefinir a profissão no futuro, que vai passar necessariamente pela via digital. A mudança será gigantesca, sublinhou. Assim sendo, a digitalização e a preparação das pessoas para essa situação é uma realidade, por isso, impõe-se mais formação sobre o SAFT, e este é, só, o princípio. Deixou ainda uma nota sobre as contas, pois, considerou o trabalho desenvolvido extraordinário, pelo que, no seu entender, todos deveriam votar favoravelmente. Em nota final, destacou um dos princípios fundamentais, a Visão, a nossa visão, considerando que a definição deste princípio, tal como consta do documento em apreço, é interessantíssima *“porque os contabilistas certificados são sinónimo de confiança”*.

Seguidamente, o Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu ao Representante António Manuel dos Santos Nabo e deu a palavra à Representante Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva.

A Representante Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva começou a sua intervenção apresentando os parabéns à elaboração do relatório, que considerou sintomático relativamente à posição da Ordem. Continuando, deixou alguns considerandos e questões sobre o relatório e as contas, que se transcrevem: *“Eu gostaria de colocar aqui uma questão. Efetivamente a diferença que existe no resultado, prende-se, por um lado, com a cobrança de quotas, por outro lado, com a diferença que existe nos custos, nos gastos e também com as imparidades. Tal como já foi referido, relativamente aos gastos, podemos dizer que a revista poupou bastante dinheiro e outras posições que eu aceito perfeitamente. Quanto às quotas, eu gostaria de saber, porque não encontro informação, se todos os processos passaram para a AT, se existem processos que ainda pertencem à Ordem e, por outro lado, se por força dos processos que já foram dados como extintos, se se pensa fazer uma remuneração dos sócios, porque tenho alguma dificuldade em aceitar que existam no ativo os setenta e um mil membros de que se fala. Quanto ao outro*



*valor que tem bastante impacto, e estamos a falar de imparidades, não posso, de todo, porque também não tenho dados, aferir e penso que o Conselho Fiscal e o Conselho Diretivo terão tomadas as medidas necessárias, aferir se os critérios e a mudança de critérios foi ou não a mais correta. Não quero entrar por aí. De qualquer forma, existe aqui uma referência que me parece pouco esclarecedora, e que refere, então, que na AT existem – isto abreviando – 30% dos processos instaurados não tiveram resultado de cobrança positiva, folha 109 no final, relativamente a falecimento. Então, é optado que, em relação aos acordos de pagamento, também haja uma consideração de 50% de incobabilidade, sendo que, tudo isto, quer em relação às imparidades dos processos da AT e as imparidades com os processos com acordos de pagamento, refere que essas imparidades são calculadas tendo em atenção que 50% dos montantes das dívidas são consideradas, portanto, com risco de incobabilidade. Refere que o histórico diz que 50% dos membros têm essa incobabilidade. O que é que acontece? Não temos aqui qualquer tipo de referência que 50% dos sócios determinem 50% da dívida e, portanto, 50% considerado incobrável e, portanto, passível de constituição de imparidade ou reversão.”*

Considerou ainda a colega Margarida Leal que, conforme advogou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os contabilistas não devem ficar eludidos com os resultados, e deveriam apresentar alterações a métodos contabilísticos, mormente, quanto às imparidades.

Finda esta intervenção, O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu à Representante Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva e deu a palavra ao Representante Vítor Lino Soares Martins.

O Representante Vítor Lino Soares Martins apresentou os cumprimentos a todos os presentes e, de imediato, fez saber que, na última década e meia nunca havia falhado uma consulta às contas da Ordem, no entanto, este ano não as consultou, primeiro porque as mesmas estiveram sempre acessíveis para análise, depois porque ao olhar para o relatório e contas, verificou que o mesmo é completamente transparente. Ainda assim, referiu o Representante, ao verificar o resultado, constatou que o item *reversão de imparidades* contribuiu substancialmente para o desempenho económico do período, mas, sublinhou, este não aconteceu por mudança de critério mas sim porque “*não existem enquanto tais*”, tanto mais, manifestou Vítor Martins, é recomendável que um balanço, em qualquer



entidade, “*represente a cada momento exatamente a realidade dessa entidade*”. No caso em apreço, segundo este Representante, tentou chegar-se “*o melhor possível à análise do ativo, do passivo e da situação entre os dois na entidade*”. Nesta perspetiva e continuando a sua intervenção, o Representante levantou ainda uma dúvida à qual, sublinhou, gostaria de ser elucidado, a propósito do plano de atividades e orçamento para 2019, documento onde consta uma provisão de € 120.000,00, para processos judiciais em curso, isto é, referia-se este Representante ao reconhecimento de um risco potencial proveniente de processos judiciais em curso e que, em observação do princípio da prudência, o orçamento para 2019 os mensurou para efeitos de resultados previsionais, todavia, expressou a sua estranheza, porque no seu entender, tal valor e, sublinhou, “*não estou a falar de tostões*”, deveria encontrar-se “*garantidamente no fecho de contas*” de 2018, mas, não estava lá. Assim, era aquela a única questão que colocava à Sra. Bastonária, mais solicitando que a Assembleia fosse esclarecida da origem, natureza e montante desses processos. No demais, afirmou que as contas mereciam aprovação e por unanimidade.

O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu ao Representante Vítor Lino Soares Martins e deu a palavra ao Representante Rui Manuel Gertrudes Herdadinha.

Rui Manuel Gertrudes Herdadinha, referindo-se às contas, começou por sublinhar as “*muitas maneiras de as exemplificar*” e, enquanto lembrou que em avaliação existia mais para além das contas, designadamente, “*aquilo que é atividade da ordem e da nossa interatividade uns com os outros*”, iria “*na realidade...falar sobre contas*”. Assim, após uma breve referência à questão das imparidades enfatizado pelo Representante Vítor Lino Soares Martins, Rui Herdadinha desejou saber qual a explicação da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, relativamente à página 12 do PAO, em 15 de Dezembro, “*ao referir que, neste ano 2019, como estamos, há uma previsão de resultado líquido de € 845.000,00, que é inferior em 17,9% face a estas contas apresentadas hoje.*” De qualquer modo, considerou o Representante Rui Herdadinha, que, desde a tomada de posse e até 15 de Dezembro, com os reajustes todos que a Ordem sofreu, talvez não fosse possível aquando da apresentação do plano de atividade e orçamentos “*transparecerem lá,*” efetivamente, “*os números que ainda estavam a ser debitados e creditados*” e acrescentou “*É que estes 4,7 milhões de*



*euros de resultados, não é? Na realidade, e está bem explícito e nós bem o sabemos, muito foi fruto de questões financeiras, não é? Mas questões financeiras, aquela questão financeira que nós, às vezes, que é engenharia financeira, ou seja, trabalhamos os números sem, na realidade, serem recebidos. É o caso das imparidades, por exemplo.”* Esclareceu também que, os números estão transpostos e não colocava em causa nada das contas, referindo que elas, na sua opinião, estavam certas não ousando colocar em dúvida, sequer um cêntimo do que está no relatório – *“não, nem pensar”*, sublinhou - lembrando ainda que foram auditadas pelos revisores de contas e pelo Conselho Fiscal. Continuou dizendo *“E, como eu estava a dizer que, como o resultado, certamente, irá ser de € 845.000,00 este ano, portanto nada tem a ver com o plano de atividades e orçamento”*. Reforçou ainda o Representante que é necessário proteger a profissão, defender os contabilistas certificados, designadamente, *“vamos fazer uma coisa...vamos continuar e continuar a fazer com que a AT não faça de nós palhaços”*, referindo-se certamente à importância de fortalecer o posicionamento do contabilista certificado perante a Autoridade Tributária. Referiu também a importância de se continuar a fornecer ferramentas aos membros da Ordem, para trabalharem, quer a nível jurídico, quer a nível profissional, quer ainda a nível de sistemas informáticos. Terminou a sua exposição afirmando que, iria votar favoravelmente as contas porque *“não tenho dúvidas nenhuma que os euros estão todos certos”*.

Seguidamente, o Sr. Vice-Presidente da MAR, após agradecer ao Representante Rui Manuel Gertrudes Herdadinha, deu a palavra ao Representante Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente.

Após apresentar os seus cumprimentos, o Representante Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, manifestou a sua vontade de deixar umas notas, começando por referir que assistiu *“à demonstração de que, às vezes há critérios diferentes para chegar a um resultado parecido”* esclarecendo que não estava a falar de contas mas sim da *“eleição de presidentes e órgãos”* reportando-se, sublinhou, à eleição dos Presidentes do Conselho Jurisdicional e da MAR. Continuou, afirmando que, mais do que a sua opinião pessoal, mas *“porque sou Representante e representante de colegas”* pretendia ali veicular a opinião que, da esmagadora maioria, tem lido sobre o processo do SAFT, e não é a



questão em si da digitalização, mas sim a do SAFT da contabilidade. Exteriorizou também que os colegas se mostram assustados, de tal forma, que consideram existir *“um divórcio de linguagem entre aquilo que eles acham que vai ser o futuro e aquilo que hoje aqui ouvimos sobre um futuro que parece cor de rosa.”* Esta é a opinião evidenciada pelos colegas que não se encontram presentes e não tem possibilidade de visualizar em direto, reforçou o Representante Vítor Vicente. Muitos deles, disse, vão ser forçados a deixar a profissão, seja por força da digitalização, *“seja por força do esmagamento, que é aquilo que muitos dizem que a AT quer fazer quando tiver o SAFT da contabilidade nas mãos”*. Sobre esta matéria, adiantou que, não se ouviu uma nota contrária pública da Ordem, sendo certo que, na sua opinião, a instituição, a nível de dirigentes *“e não só, não tem unanimidade, porque há dirigentes, nem que sejam alguns da Assembleia Representativa, que não opinam pelo cenário cor de rosa.”* Questionou ainda Vítor Vicente se a Ordem não deveria ter *“dito à opinião pública”* que, com o SAFT da contabilidade das empresas e empresários em nome individual, a AT vai *“deitar a mão”* aos movimentos bancários de todos, envolvendo milhões de contas bancárias do país, *“só com este SAFT, sem chegar ao SAFT dos bancos e das seguradoras que está previsto”* no âmbito do plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscal, acrescentou. Continuou a sua intervenção referindo alterações ao calendário fiscal, o SAFT da faturação que passou para dia 15, e no próximo ano para dia 10, e que, *“vamos entregar as declarações ou podemos já entregar a Modelo 22, agora evitando aquela ansiedade dos últimos anos em que chegávamos ao dia 30 de Abril, dia 1 de maio, dia 2 de maio e não sabíamos se tínhamos Modelo 22 para entregar”*. Quanto às contas, Vítor Vicente esclareceu que também dedicou algum tempo à análise das mesmas. Após a devida apreciação, constatou que, os colegas transferiram € 18.000.000 de riqueza para a Ordem, e que *“algum, muitos desses dezoito milhões foram transferidos com muito sacrifício de muitos colegas, porque nós sabemos como é que estão as avenças, porque nós sabemos como é que estão os salários. Muito sacrifício.”* Continuando a reportar-se às contas da Ordem, sublinhou que, além das questões de transparência, existiam bastantes melhorias, nomeadamente, no que respeita ao fim das contas caucionadas, à redução de gastos em muitas das rubricas e à diminuição das



imparidades. O que não lhe agradou, segundo as suas palavras, foi do facto de ser a AT a tratar da questão das quotas em atraso.

Porque já havia ultrapassado largamente os 3 minutos previstos para cada intervenção, o Sr. Vice-Presidente da MAR alertou o Representante solicitando-lhe que terminasse a sua intervenção.

Prosseguindo, o Representante mencionou que, *“por acaso, tenho estado a fazer anexos de entidades que têm partes relacionadas. É uma coisa muito chata, a gente andar a saber quais são os negócios entre empresas que têm os mesmos gerentes, os mesmos administradores ou as empresas que estão ligadas a franchisings”* e que, por curiosidade, procurou *“no relatório, no anexo”* se aquele fazia menção a partes relacionadas, mas, disse, não encontrou qualquer referência a essa matéria, e questionou-se: *“Será que isto tem alguma coisa a ver com as entidades do sector não lucrativo que não divulgam isto?”*.

Mais esclareceu o Representante que, sobre esta matéria e após subsidiado pela Portaria 220/2015, confirmou o dever de relato das partes relacionadas também nas entidades do SNL. Continuando, referiu *“Isto porquê? Porque eu recordo-me e tenho lá o balancete em casa, que vi... Depois fui ver com mais atenção. Muita, muita coisa naquele balancete comprada aos membros da Ordem e até aos dirigentes. De negócios por ajuste direto. E a pergunta que eu faço é... negócios, peço desculpa... negócios, formação...”*. Nesta ocasião da sua intervenção, o Representante foi interrompido pela Sra. Bastonária solicitando-lhe que, e citamos: *“tem que especificar, desculpe. Não pode deixar isso em aberto”*. O Representante Vitor Vicente continuou e respondendo à Sr.<sup>a</sup> Bastonária: *“Sim senhora. Ações de formação, consultorias. Estou a falar disto”*. A Sra. Bastonária, interrompeu de novo, insistindo: *“Diga, especificamente”*. O Representante Vitor Vicente acrescentou: *“Não, já disse!”* e, continuando, esclareceu *“usei um termo que é usado, muitas vezes, quando se fala em contratações de coisas, quando se fala em negócio, mas estou a especificar, são ajustes diretos de formações, de fornecimentos de serviços”*. E, posto isto, questionou: *“Não é legalmente obrigatório conter aqui as partes relacionadas de toda esta contratação?”* E, esclarecendo, afirmou que, não colocava em causa a legalidade da contratação, certo é que, sublinhou, *“é feita pelo órgão com membros e até com pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas a empresas que prestam serviços*



à *Ordem*". Terminou referindo que deixava aquela pergunta que gostaria de ver respondida.

O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu ao Representante Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente e deu por concluído o tempo de intervenções para pedido de informações ou esclarecimentos, passando a palavra ao Sr. Presidente da MAR.

Em virtude dos esclarecimentos solicitados o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária para apresentar as devidas elucidações.

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária começou por explicar as imparidades, admitindo uma eventual falha da Ordem, pelo facto de as mesmas não terem ficado bem explícitas. Acrescentou que, não houve mudanças de critérios nem mudanças de políticas contabilísticas, mas sim uma alteração muito significativa face à situação patrimonial de então. Primeiro uma recuperação e, pedindo a atenção para o constante da página 111 onde está o quadro que explicava as questões relacionadas com as perdas por imparidade, o que aconteceu foi, de facto, esclareceu a Sra. Bastonária, a recuperação de muitos créditos por quotas em atraso contribuindo significativamente para o equilíbrio financeiro e, no final do ano, a intervenção da Autoridade Tributária na recuperação desses créditos veio, também, contribuir para esse desempenho. Assim, prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referindo que o valor das quotas em atraso, no final de 2017, era de, aproximadamente, cinco milhões. Sendo que destes cinco milhões haviam sido constituídos €3.833.000 de imparidades. Imparidades essas que, de facto, eram valores em dívida que estavam já a ser analisados disciplinarmente ou que estavam em apreciação para serem instaurados, eventualmente, processos disciplinares. Assim, *“a diferença entre os cinco milhões e os € 3.833.000, corresponde ao que não estava em imparidades e que existia de quotas em atraso”*. Aquando da tomada de posse, informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, foram iniciadas medidas para recuperar esses créditos em atraso, mas não só através de processos judiciais, até porque a experiência demonstrou que além de ser muito dispendioso, os valores não eram recuperados na mesma proporção. Daí que a Direção, esclareceu a Sra. Bastonária, tenha decidido, em primeiro lugar e antes de se avançar para processo disciplinar, envidar esforços para tentar recuperar o valor das quotas em dívida. As situações, disse, foram tratadas de forma personalizada, através de contactos pessoais efetuados pela Ordem,



recorrendo-se inclusivamente às delegações, por forma a conseguir-se, nalguns casos, os dados de contacto atualizados dos membros e, depois de obtidos, informá-los que “*Devem quotas, proceda à sua regularização porque isto é uma obrigação que contraiu com a Ordem,*” assim, telefonema a telefonema, pessoa a pessoa. Salientou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, o trabalho realizado neste âmbito foi muito árduo, mas profícuo. Continuando e respondendo genericamente às questões que foram colocadas, referiu que, a redução das imparidades relativamente ao valor das quotas em dívida, teve importância acrescida nas contas da Ordem. Reforçou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, “*quando estamos a falar de imparidades, estamos a falar destas imparidades, que eram estas que estavam refletidas. Imparidades relacionadas com as quotas em dívida*”. Esta política clara de trabalho intenso acompanhada, a partir de setembro, da passagem da cobrança das quotas para a Autoridade Tributária, originou mais pressão sobre a sua regularização. De qualquer modo, ainda que a situação não fosse remetida para a Autoridade Tributária, seria avaliada pelo Conselho Jurisdicional. Acrescentou também a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que “*os resultados a que estamos a chegar de 4.700.000 não tem questões mágicas*”, mas são fruto de muito trabalho. Continuou a sua explicação, reforçando que não existiram alterações de políticas contabilísticas, nem criatividade contabilística, até porque defende o rigor na aplicação dos princípios contabilísticos. Deste modo, o que aconteceu relativamente às imparidades encontra-se espelhado no quadro da página 111. Havia, destes €3.833.000, quotas que já estavam prescritas, informou. Continuando, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu também que “*se as quotas estão prescritas, a Ordem nem sequer as pode cobrar*”. Assim sendo verificado que, o montante de € 1.086.000 estava prescrito, porque correspondia a mais de cinco anos de atraso, não poderia ser cobrado. Destarte, o Conselho Diretivo deliberou que, face à prescrição daqueles créditos - aquele milhão estava perdido - proceder ao reconhecimento patrimonial de conformidade com esse facto. Aqui chegados, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária focou-se na reversão por recebimento dos créditos, esclarecendo que, dos €3.833.000 foram cobrados € 943.000. É, portanto, uma reversão pura. Seguidamente, optou-se por uma revisão, por estimativa, dos membros com pagamentos faseados, de €204.000. Revisão por estimativa porque, neste caso, o critério foi efetivamente alterado, esclareceu, dada a informação histórica que nos indica qual é a percentagem que se



conseguirá arrecadar em determinadas circunstâncias. Em virtude dos contactos diretos com os membros, cerca de novecentos contabilistas solicitaram o pagamento faseado de quotas, tendo sido deferidos todos os pedidos, por forma a incentivar ao pagamento. Constatou-se, porém, que no final do ano, desses novecentos contabilistas, mais de quatrocentos já se encontravam novamente em incumprimento. E daí, alertou a Sra. Bastonária, a reversão da imparidade só ter sido reconhecida relativamente aqueles que estavam a cumprir o plano de pagamento faseado. Neste caso, a inovação foi a criação de uma percentagem, que foi de 50%, precisamente, relativamente à dívida dos membros que entraram em incumprimento relativamente aos pagamentos faseados. Continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, mencionando que, no que respeita à reversão de estimativa de membros com pagamento da AT, a mesma corresponde a € 770.000 e respeita aos membros que, não requereram pagamento faseado e cujos processos foram enviados para a AT. Inicialmente, o valor ascendia a um pouco mais de um milhão de euros, no entanto, verificou-se que cerca de 30% não seria possível recuperar, porque, designadamente, alguns desses membros até já tinham morrido e a Ordem desconhecia tal facto, outros porque não tinham bens. Daí que, os € 770.000, representam o que se tem vindo a recuperar através da AT e, por isso reconhecida a reversão. Fez ainda referência a uma pequena reversão de € 56.000, “*considerada de intervalo*” e que tem a ver com período de antiguidade dos créditos. Tudo isto, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, expressou um total de reversões, em 2018, no montante de € 1.975.000, resultante dos créditos que efetivamente se podem considerar como recuperados ou praticamente recuperados. Aliás, informou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, em Março de 2019, tais quantias estão quase todas recuperadas, reiterando que as reversões reconhecidas patrimonialmente e constantes das demonstrações financeiras do período não resultaram por alteração de critérios, “*nem qualquer tentativa de obter um resultado melhor utilizando estas imparidades*”.

A recuperação de €1.975.000, de quotas em atraso foi resultado do trabalho realizado. Quanto aos €872.000, sublinhou, não havia razão para efetuar a reversão, tendo ainda sido reforçados com €100.711, relativos aos que atingiram condição de imparidade, na prossecução dos mesmos critérios. O facto de os processos terem sido remetidos para a Autoridade Tributária, naturalmente, ajudou, reiterou, mas tal transição não foi simples e



independentemente de se concordar ou não, como foi aventado pelo colega Vítor Vicente, é uma questão de respeito e cumprimento da lei, que se aplica a todas as Ordens profissionais, esclareceu a Sra. Bastonária e, continuando, alegou que, a Ordem, no que respeita à recuperação de quotas, não pode recorrer à via judicial, pois, os tribunais indeferiram as ações executivas intentadas para cobrança das multas que tinham sido aplicadas pelo órgão disciplinar da instituição. Mais, informou, a Ordem desistiu de quase todas as ações executivas em curso. Também, a par da intervenção da AT, tudo isso conduziu a uma redução dos custos, já que, o recurso à via judicial é significativamente dispendioso.

A Sra. Bastonária, expressou ainda a sua perplexidade relativamente à não concordância manifestada por alguns colegas quanto a esta matéria, adiantando que, *“eu não concordo é que colegas não paguem quando outros pagam” [...] “Se uns cumprem, os outros também têm que cumprir, estão inscritos na Ordem”*. Aliás, acrescentou, muitos dos que não cumprem, nem sequer exercem a profissão, pelo que, se permanecem vinculados, devem respeitar as obrigações, caso não as pretendam honrar devem cessar o vínculo com a Ordem. Antes de prosseguir com a sua intervenção, e apesar de não ser uma ocasião de diálogo, ainda assim, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária colocou a questão de saber se todos os presentes estavam esclarecidos sobre as imparidades e a reversão.

Seguidamente a Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu as palavras lisonjeiras dos colegas António Caseiro, Manuel Vieira, António Nabo e Vítor Martins e a todos os colegas que, de alguma forma, enaltecera as contas da Ordem. Adiantou ainda que a Direção precisa de palavras de incentivo e de apoio para continuar ativamente o seu trabalho e as obrigações que assumiu.

Relativamente às palavras do colega Romeu Figueiredo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária declarou que a *“demonstração de funções e dos eventos”* é uma questão interessante, no entanto, toda a estrutura contabilística da Ordem está a ser alterada com o objetivo de existirem centros de custos mais rigorosos, mas ainda não foi possível aceder à informação integral como seria desejável. O software informático também está a ser alterado, a fim de partilhar mais e melhor informação com os colegas. De qualquer modo, neste momento ainda não se conseguiu obter essa informação em termos tão fidedignos quanto necessário e desejável,



pelo que, não existindo certezas, não foi partilhada informação para além da que está espelhada no relatório. Ainda assim, essa situação é um desafio que, certamente, a Ordem irá corresponder, ainda que não durante o ano de 2019. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu o alerta do colega Romeu Figueiredo ao referir-se aos subcontratos, que correspondem a cerca de €1.600.000, um valor significativo e que, esclareceu, estão subdivididos em diversas rubricas, designadamente, as vinhetas que representam um custo de € 1.512,00; o SICCC, a base de dados da Ordem, que ascende a um gasto anual de € 67.776; a impressão da revista cujo dispêndio é de € 150.008; o servidor do alojamento se cifrou em € 114.312,00; os custos do TOConline, que ascenderam a €1.290.588,23. Assim, concluiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, qualquer um destes gastos está evidenciado noutras rúbricas. Continuando a prestar esclarecimentos, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária lamentou o facto de ter trazido, por lapso, à colação o nome do Representante Queirós Martins que não havia realizado qualquer intervenção, quando pretendia elucidar o Representante Bento Rodrigues e, prosseguindo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária considerou a sua exposição bastante clara no que respeita ao aumento do rendimento. Tal aumento correspondeu às imparidades, mas porque a Ordem recuperou o valor dos créditos em mora e não através de criatividade contabilística. Quanto à questão da redução dos gastos, a redução dos gastos requereu e teve subjacente uma gestão muito rigorosa, não deixando de corresponder às expectativas dos membros, com muito trabalho realizado em prol dos mesmos. Referindo-se à questão da reunião da AR ter apenas três pessoas, reconheceu que, isso deveu-se, em seu entender, ao fato de as pessoas não se interessarem tanto quanto deveriam pelos problemas da profissão e, conseqüentemente, quando estamos a discutir questões relacionadas com a profissão, comparecem poucos colegas, o que também pode significar, opinou, uma de duas coisas: ou desinteresse ou confiança. Acrescentou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária: *“Eu quero acreditar que estamos numa base de confiança em que os colegas confiam no Conselho Diretivo e, por isso, não tinham nada a referir sobre as contas”*. Quis ainda deixar o esclarecimento de que não tinha afirmado que os colegas estavam felizes, mas sim mais próximos da Ordem, como, aliás, se pode constatar pelo número de interligações entre os membros e a instituição.



Ainda a propósito das imparidades, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária acrescentou que a Ordem não fazia opções, cumpria escrupulosamente, com rigor e transparência, o disposto nas normas contabilísticas, até porque as contas da instituição têm que ser um exemplo para a sociedade.

Quanto ao facto de o plano de atividades ter uma provisão para processos em curso e das contas já não constar a provisão, situação referenciada pelos colegas Vítor Martins e Rui Herdadinha, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, tal ficou a dever-se aos processos judiciais em curso contra a Ordem, mas que, entretanto, foram conclusos e ganhos pela instituição. A respetiva provisão foi oportunamente constituída, mas aquando do fecho das contas, verificou-se que a mesma não seria necessária por inexistência das contingências que a motivaram. Esclareceu ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, quanto a esta matéria, e respondendo ao colega Vítor Vicente, que alguns contabilistas candidatados à Ordem intentaram uma ação contra a instituição, a saber: o antigo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Manuel dos Santos, a Dra. Cláudia Santos, antigo membro da Direção, o Dr. José Carlos Marques, antigo membro da Direção e o Dr. Ezequiel Fernandes, também antigo membro da Direção da OCC, com o intuito de *“recuperar direitos que tinham quando se fecharam as contas deles com a Ordem por saírem de órgãos sociais”*, sendo que três destas pessoas faziam parte da lista D, que o colega Vítor Vicente integrou e, em consequência, é representante na assembleia dessa mesma lista. Os citados membros, acrescentou, intentaram uma ação contra a Ordem, reclamando direitos como trabalhadores, direito a férias, a compensações, etc., até o então Presidente da Mesa da Assembleia Geral, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Mais acrescentou que, os referidos membros dos órgãos sociais *fizeram seus* os iPad e os computadores, o que originou a respetiva queixa-crime contra os mesmos. Adiantou também que, apenas fez referência a esta situação, em virtude do colega Vítor Vicente ter alertado para os *“gastos do passado”*.

Ao ser confrontada com a questão *“São só esses, Sr.<sup>a</sup> Bastonária?”*, vinda da audiência, clarificou, que existiram outros processos em que *“uns senhores”* alegavam que a Ordem lhes devia dinheiro, nomeadamente, *“um candidato de outra lista, o Sr. Lopes Pereira, um colega Luís Abreu e outros que reclamavam valores referentes ao controlo de qualidade,”* mas não devidamente justificados, tentando abusar e utilizar a Ordem



indevidamente em muitas vertentes, processos esses que já foram findos, com decisões favoráveis à Ordem. Posto isto, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária garantiu *“que ninguém utilizará a Ordem enquanto eu estiver à frente da liderança”*. Admitiu ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que a Ordem, caso tenha que pagar algum montante a quem quer que seja, pagará o legalmente previsto. Face a tudo isto, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, concluiu-se que a provisão deixou de existir, sublinhando que, a atuação da Direção é conduzida com boa-fé, pelo que, solicitou aos presentes que, se considerassem, em algum momento, que a Direção está errada, não alvitrem, sem possuírem provas, até porque, existindo ilegalidades as mesmas devem ser judicialmente sindicáveis e comprovadas.

Quanto ao comentário do colega Rui Herdadinha, em que declara que a AT faz de *“nós palhaços”*, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária entendeu proceder a uma elucidação prévia, afirmando que há uma série de funções que são da competência exclusiva dos contabilistas certificados e que, por isso, é que os contabilistas existem. *“Existimos, estamos aqui, temos uma Assembleia Representativa, temos setenta e um mil membros”*, continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e acrescentou que a *“AT brinca connosco na questão da litigância. Ai sim, e percebo aquilo que diz e por isso é que temos um departamento que foi feito especificamente só para o contencioso tributário. Porque nós não queremos que a AT brinque connosco. Nem queremos que faça de nós palhaços”*. Isso mais não era do que, conforme palavras da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, fruto das competências exclusivas atribuídas aos contabilistas, não apelando ao discurso do *“coitadinho do contabilista que tem imenso trabalho”*, *“Se não sabemos cobrar os honorários totais, se não somos unidos, se não conseguimos mudar a profissão no sentido de temos de ser pagos por aquilo que fazemos, é um problema da profissão”*. A este respeito a Sr.<sup>a</sup> Bastonária reforçou a ideia de que, a Direção tem trabalhado muito nesta mudança de mentalidade e que, no seu entender, os representantes também têm uma função nessa matéria.

Manifestou ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, atualmente, todos os contabilistas estão a lutar pelo interesse e futuro da profissão, devendo afirmar-se através da sua força e capacidade de intervenção, junto da sociedade civil e que, *“não é só porque estamos demagogicamente contra ou que não ganhámos as eleições que devemos estar a desvirtualizar um trabalho que é feito, nomeadamente, como um post que eu vi de um*



*colega nesta Assembleia Representativa, para além de, enfim, fazer acusações que nem são verdadeiras, enfim, acusações contra mim própria como Bastonária e que está nesta Assembleia Representativa, tem responsabilidades como membro desta Assembleia Representativa”.*

Em relação ao valor das avenças, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária questionou: “*Vocês sabem que 60% dos colegas está a conseguir aumentar as avenças?*” e continuando chamou a atenção para o facto de que os empresários nunca estiveram tão preocupados com o trabalho do contabilista e os acompanhar e em cumprir também com as respetivas obrigações. Alertou também para a realidade do país, de que manifestou ser conhecedora, apesar de ter ecos do contrário. Sublinhou que, não é possível defender-se a profissão sem fixar valores justos para o trabalho desenvolvido. A este propósito, referiu ainda a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, considera que, efetivamente, os contabilistas vão sair reforçados. Mais referiu que, os contabilistas estão mais satisfeitos com a Ordem, lamentando ainda que “*a oposição ou dita oposição*” preferisse que “*isto corresse mal*”. Ao invés, está a correr bem, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária evidenciando o seu contentamento por todos os resultados alcançados. Ainda, respondendo diretamente ao colega Vítor Vicente, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária argumentou que os contabilistas têm responsabilidades perante a sociedade e, nesse sentido, há que ter algum cuidado com as opiniões emitidas. Esclareceu também a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que a transmissão da assembleia tinha sido um compromisso firmado durante as eleições e que, assim sendo, solicitou a difusão da mesma à Mesa da Assembleia, todavia, o Sr. Presidente da MAR entendeu que não deveria sê-lo e quanto a isto a Direção nada pode fazer pois não está na sua esfera de competências. Relativamente ao SAFT, a Sra. Bastonária referiu que, vai trazer aos contabilistas constrangimentos e mudanças de procedimentos que vão ser difíceis. Ainda assim, a maior parte das questões relacionadas com o SAFT são dos empresários. Alertou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária para o facto de o colega Vítor Vicente ter feito referência à exposição das contas bancárias, sublinhou que, estas são dos clientes e não dos contabilistas, já que estes são apenas os preparadores da informação e têm o dever de as preparar bem. A título pessoal, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária anuiu a que o SAFT pode desvirtuar e constituir uma promiscuidade entre a fiscalidade e a contabilidade e, nesse sentido, não é a favor desta ferramenta. Ainda assim, à Ordem compete zelar pelo cumprimento, por



parte dos profissionais, daquilo que lhes é exigido da melhor forma. Nesse sentido, a Direção vai esforçar-se durante o ano de 2019 para que a profissão chegue ao final do ano credibilizada sem ser beliscada e a ultrapassar esse grande desafio, que é o SAFT. Relativamente à declaração Modelo 22, disse, foi conseguida a prorrogação de prazo para 2019, já no que respeita à disponibilização das declarações, a questão é mais uma vez demagógica. O trabalho da disponibilização dos modelos fiscais, não foi iniciativa da Ordem, mas de imediato, a mesma foi apoiada pela instituição. Aliás, referiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que é muito salutar e positiva a intervenção e o trabalho dos profissionais no âmbito destas iniciativas.

Quanto às partes relacionadas, esclareceu que, a Ordem privilegia sempre que os formadores, os prestadores de serviços sejam associados da instituição, em concreto, sejam contabilistas certificados em exercício de funções, de preferência, porque são aqueles que melhor conhecem a realidade. Mas, adiantou desde logo a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, vai estudar a situação porque se a Ordem estiver obrigada a divulgar aquelas situações em partes relacionadas, o procedimento será alterado.

Pedi a palavra o Sr. Presidente do Conselho fiscal para se pronunciar sobre a questão das partes relacionadas, deixando a sua opinião: *“Eu posso, se calhar, falar sobre isso um bocadinho, só relativamente às partes relacionadas. De facto, a Norma prevê essa questão. Obviamente que as divulgações, se reparar, ao longo desses três anos e do relatório anterior para este, houve um aumento de 40% nas divulgações, o que significa uma preocupação e é isso que me interessa como órgão de fiscalização, perceber qual é a evolução das coisas em relação ao ano anterior. Portanto, houve uma preocupação clara deste Conselho Diretivo em divulgar a informação relevante. Eventualmente, podia estar numa nota específica chamada “partes relacionadas”, mas não, está aí nos órgãos sociais junto das notas de gastos com pessoal. Portanto a pessoal chave de gestão está lá, quanto ganha a Bastonária, quanto ganham os diretores, quanto ganha o Conselho Fiscal, quanto é que ganha... não é pessoal de gestão, mas até está a mais, não é? Agora é como digo, se for identificado e se nos fizer chegar essa informação que colheu ou fazer chegar ao Conselho Diretivo essa informação, eu acho que pode, pode até mandar para o meu email, se quiser. Nós, no próximo relato, de certeza que incluiremos, se cair dentro*



*da lógica da prestação de contas e desde que as situações sejam materialmente relevantes, pois, como vocês sabem, as notas do anexo, só são de incluir se essa informação for útil para o leitor das contas, e isso é uma opção que a gestão tem de incluir ou não determinada nota em função da sua relevância. O Conselho Fiscal poderá concordar ou não concordar. O auditor também nada disse sobre esta questão, portanto presumo que não haverá mais informação adicional mas, volto a dizer, se puder fazer chegar essa informação, eventualmente ao Conselho Diretivo ou até a mim, pessoalmente, ou a algum membro do Conselho Fiscal por email e veremos no próximo relato financeiro porque eu, como costume dizer, este documento é um documento aberto em melhoria contínua, portanto, eu já disse na outra assembleia e volto a dizer, contem com o Conselho Fiscal para que este documento seja um documento irrepreensível.”*

Aproveitou ainda o Sr. Presidente do Conselho Fiscal para responder ao colega Bento Rodrigues, e atestou que a diferença estava mal calculada, tendo parabenizado o colega por ter detetado aquele lapso, que presume ser um lapso de escrita ao elaborar o documento, pois, na folha de Excel o valor estava correto. Não tendo o Conselho Fiscal nenhuma atribuição de controlo do processo de relato financeiro, acabou por supervisioná-lo e emitiu o competente parecer, esclareceu. Concluiu o Sr. Presidente do Conselho Fiscal afirmando que aquele documento é a sua imagem e a imagem do Conselho Fiscal e, se assim não fosse, não o teria subscrito.

Findos os esclarecimentos, o Sr. Presidente da MAR agradeceu as intervenções e entendeu, dado que, por duas vezes tinha sido feita referência à Mesa, ainda que genericamente, pronunciar-se alegando que o Conselho Jurisdicional não tem vice-presidente e, assim sendo, a solução nunca poderia ser a mesma. Em relação à transmissão das assembleias para todos os membros, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, embora este debate não tenha ocorrido sobre a atual presidência, nunca se opôs a tal divulgação. O que, em seu entender, não lhe pareceu bem, e teve oportunidade de transmitir isso à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, é que a transmissão fosse em canal aberto disponível no YouTube. Todavia, se a Ordem conseguisse os meios para a transmissão em canal de acesso exclusivo aos membros e até para estes poderem assistir na hora, disse, seria totalmente a favor.



De seguida, o Sr. Presidente da MAR, questionou os presentes se pretendiam colocar mais alguma questão, solicitando ainda que fossem breves. Quatro Representantes pediram o uso da palavra, a saber: CC 29616 Maria Margarida Leal Guedes da Silva; CC 83733 Rui Manuel Gertrudes Herdadinha; CC 37094 Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente e CC 2596 Domingos Queirós Martins.

Dada a palavra à Representante Margarida Leal, a mesma agradeceu o facto “*de esta assembleia não ter sido transmitida*”, em virtude de terem sido mencionadas “*as listas*”, algo que não apreciou. Acrescentou ainda que, manifestou à Sr.<sup>a</sup> Bastonária quando foi eleita que, embora estivesse numa lista contrária antes das eleições, que ela passava a ser a sua Bastonária, “esta é a minha Ordem”, por isso, apelou a todos, para esquecerem as listas.

O Sr. Vice-Presidente da Mesa agradeceu à Representante Margarida Leal e deu a palavra ao Representante Rui Manuel Gertrudes Herdadinha.

Rui Herdadinha reiterou as palavras da colega Margarida Leal, reforçando que as listas acabaram. “*Mas agora não fazia só referência aos colegas para acabar com a lista. Sra. Bastonária, as listas já acabaram, até parece que, como na afirmação que fez há bocado, ainda bem que ganhamos e estamos aqui. Mas o quê? Se fosse eu, eu não era bom gestor? Eu ou outro qualquer dos membros, até daqueles que não fizeram parte das listas?*”. Continuou solicitando à Sr.<sup>a</sup> Bastonária “*que nunca mais faça isso. Pareceu-me mal, sabe?*” Finalizando, afirmou que o mais importante é o seguimento da Ordem e o seguimento da profissão.

O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu ao Representante Rui Herdadinha e deu a palavra ao Representante Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente.

O Representante Vítor Vicente declarou que ia dizer algo que a Representante Margarida já havia dito, mas o seu discurso não foi de listas, mas de problemas, não de dicotomias ou situação de oposição. Referiu que, todos têm o seu papel e, por vezes, existirem pessoas que falam diferente, se calhar, também é importante. Dirigindo-se à “*colega Paula Franco*”, Vítor Vicente afirmou que concordavam numa série de aspetos. Manifestou ainda que, sem prejuízo de rever a sua intervenção, considerou que não tinha falado em si a título pessoal. Referiu ainda que, as palavras da Sr.<sup>a</sup> Bastonária no que



respeita ao facto de existirem “muitos colegas que têm estado fora dos órgãos da Ordem”, mas que têm trabalhado pela profissão e a têm prestigiado, foram importantes, e que aquilo que se conseguiu foi por isso. Mais, considerou que, todos esses colegas “deviam ser bem-vindos e deviam ser acarinhados por essas ações,” registando também positivamente o que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária transmitiu, “obviamente que eu sei que o papel da Ordem no fim foi importante” sublinhou. “Chegamos lá com a Ordem”, lembrando, também que, na altura “eu apelei a que todos falássemos antes de ouvir o seu discurso na Assembleia da República, apelei a que todos falássemos a uma só voz, com certeza com as matrizes diferentes que cada um usa [...] porque isso é que é importante no Parlamento, é haver muitas vozes a dizer na essência o mesmo, mas cada uma a dizer de forma diferente e genuína.”

O Sr. Vice-Presidente da MAR pediu ao Sr. Representante para terminar a sua intervenção por ter já excedido largamente o tempo disponível.

O Sr. Representante continuou referindo-se à questão levantada quanto às partes relacionadas, acrescentou “Eu, por uma questão de cuidado e acho que quem me acompanha já reparou que eu nunca toco em nomes de pessoas, não é? Isto é transversal ao longo do tempo, ok? Nunca toco em nomes de pessoas, porque acho que isso é sempre muito complicado, mesmo que haja razões para o fazer. Eu usei a terminologia “membros”, mas “membros” também inclui dirigentes. Não preciso de dizer mais nada, pois não? Ou é preciso concretizar?”

O Sr. Vice-Presidente da MAR solicitou ao Sr. Representante o favor de terminar.

Continuando, o Sr. Representante Vitor Vicente, e antes de terminar, acrescentou ainda “É que eu vi muita coisa de empresas ligadas a pessoas que hoje estão nos órgãos sociais. Todos. Pronto. Não vou aqui...porque eu...não é uma pessoalização, é o cumprimento de uma norma legal de tratamento de partes relacionadas, ok? Pronto, é isso. Eu não queria entrar por esse caminho, depois de estar aqui a falar deste caso, daquele caso. Não é isso. Ok? Pronto. Portanto, era esta pequena nota.”

O Sr. Vice-Presidente da MAR agradeceu e deu a palavra ao Representante Domingos Queirós Martins.



Domingos Queirós Martins iniciou a sua intervenção renovando os votos de boas tardes para todos os presentes, continuando disse que *“queria aqui sugerir que o Regimento seja alterado por dois motivos, o primeiro motivo é a segunda convocatória, porque não faz sentido que, por motivos de quem chega atrasado à primeira convocatória, os que chegam a horas sejam penalizados numa hora. Portanto, eu acho que devia ser a redação alterada para que desde que houvesse quórum, imediatamente, começaria a assembleia, para que não estivéssemos aqui uma hora como hoje estivemos, portanto, à espera de quem não cumpriu a primeira convocatória. O segundo motivo de alteração do Regimento, seria pelas faltas verificadas nas duas últimas assembleias, nós verificamos que, de facto, o sábado não é o dia indicado para a realização. Eu, por acaso, fui o único que reclamei desta situação, mas estamos a confirmar a minha primeira recomendação. Não é para me darem razão, mas acho que, de facto, o sábado não é o dia indicado para esta assembleia. Muito obrigado.”*

A Sra. Bastonária solicitou ao Sr. Presidente da MAR permissão para o seu direito de resposta, a exemplo do, por ele, autorizado para as últimas intervenções dos Srs. Representantes. O Sr. Presidente da MAR concordou e pediu que fosse sucinta.

Assim, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária iniciou apresentando as suas desculpas à colega Margarida, ao colega Rui Herdadinha e a todos aqueles que sentiram, de alguma forma, que tinha sido feita separação de listas, pois, *“não era isso que eu queria fazer”* acrescentou esclarecendo que, a sua resposta foi específica para um colega que, por acaso, havia interligado duas questões. Era importante, disse, que os colegas tivessem conhecimento daqueles processos judiciais, promovidos precisamente por pessoas que elencaram uma mesma lista, não pretendendo com isso, esclareceu, individualizar *por listas*, mas por pessoas. E continuando acrescentou *“eu acho que é importante, também, sabermos. Se calhar, muitos dos colegas que aqui estão não sabiam.”*. Disse também a Sra. Bastonária que, não referir nomes de pessoas, dependerá das situações em causa, mas quando estão em causa processos intentados contra a Ordem os membros e a AR têm direito de saber, até porque os processos são públicos. Mais, continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmando que é importante saber-se ali que há colegas que saíram do Conselho Diretivo da Ordem, levaram equipamentos e não os devolveram, estando, por isso, a correr em Tribunal um



processo-crime contra eles. Considerou também que qualquer membro, seja de que lista for, inclusivamente da lista dos visados *“deveria querer saber isto (...) Os nomes são para dizer quando devem ser ditos, não são para dizer quando não devem ser”*. Prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referindo que, não se pode é acusar por escrito, nomeadamente, não ali na Assembleia, mas nas redes sociais de fácil acesso a todos, e *“as informações chegam-nos de todo o lado e o que fica escrito fica escrito, o que fica falado fica falado e cada um assume como assume”* e, dirigindo-se ao Representante Vítor Vicente a Sr.<sup>a</sup> Bastonária disse que o mesmo sabia perfeitamente ao que é que se estava a referir e aquilo que o mesmo tinha escrito sobre a sua pessoa, porque, sendo Bastonária de todos, no seu entender, *“não é elegante um membro da Assembleia Representativa declarar o que o colega Vítor Vicente afirmou sobre a Bastonária nas redes sociais.”* *“Estamos a falar de coisas concretas”*, aventou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e não de listas, porque essas não existem, só na cabeça de algumas pessoas que ainda continuam com as suas agendas pessoais para as próximas eleições. O que pretendeu, afiançou a Sra. Bastonária, foi referir-se a atos de pessoas concretas que descredibilizam a Ordem e a instituição. Acrescentou ainda que, é Bastonária de todos os membros, o que considera visível em todas as suas ações. Referindo-se às questões concretas que lhe foram colocadas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária considerou que *“tinha que as responder em conformidade, não querendo nem falando de outras listas, se não de pessoas que pertenceram a outras listas, que é uma coisa diferente.”* Ainda quanto aos nomes, salientou que existe uma questão relevante que é o facto de todos os membros terem o dever de acautelar os interesses da Ordem, pelo que, quando algum membro não tem o comportamento correto para com a instituição, todos os contabilistas são também visados. A referência a nomes e pessoas teve a ver com isso, enfatizou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Quanto a esta matéria, questionou ainda, se os colegas presentes tinham conhecimento desta situação e se consideravam ou não importante terem conhecimento da mesma.

A propósito da Mesa, e apesar de não ter diretamente a ver com a situação, certo é que sendo contabilista certificada, esclareceu, e exclusivamente nessa qualidade, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária entendeu pronunciar-se sobre o assunto das substituições e legitimidades, *“é um não assunto”* considerou, adiantando que, não conhece nenhuma instituição em que



uma pessoa se demite ou morre e, em consequência, tenham que realizar-se eleições, excetuando quando não existem soluções previstas, e embora não fosse um assunto que lhe dissesse respeito, no entanto achou que podia pronunciar-se sobre o mesmo.

Agradecendo os comentários de todos, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária reiterou a posição manifestada pelo Sr. Presidente do Conselho Fiscal e declarou que *“esta Direção tem como único objetivo prestar as melhores contas possíveis, as mais rigorosas, as mais exigentes. Se falharmos e se falharmos... Se falhámos e se falharmos não é, de todo, intencional.”*

Requereu também aos colegas que, caso detetassem qualquer situação, para alertarem, a fim de se conseguir que a Ordem seja conciliadora, exigente, respeitadora de normas e, acima de tudo, legalista.

Na sequência do solicitado pelo Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária concluiu a sua exposição agradecendo ainda os contributos de todos, que são sempre úteis. Referiu também que, muito do que foram as críticas e sugestões em relação ao relatório e contas do ano passado, o Conselho Diretivo procurou cumpri-las. Reiterou os agradecimentos por todas as considerações e críticas construtivas que foram feitas, as quais seriam, igualmente, acolhidas.

Findos os esclarecimentos, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação do Relatório e Contas do exercício. Antes de realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR informou a assembleia que, conforme credenciação eletrónica, estavam presentes e representados 72 representantes. Realizada a votação, o Relatório e Contas foi aprovado, com 66 votos a favor, 6 abstenções e nenhum voto contra.

Posteriormente, no ponto 3 da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sra. Secretária da MAR para proceder à leitura da minuta da Ata, a qual, após ocorrer a respetiva votação, foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos.